



HU BRASIL
SCS Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 1º ao 3º andares - Bairro Asa Sul
Brasília-DF, CEP 70308-200
(61) 3255-8900 - <https://hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23477.021247/2025-25

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados à execução de manutenção preventiva e corretiva, calibração, qualificação, testes de segurança elétrica, treinamento de operadores e demais atividades técnicas relacionadas aos equipamentos médico-hospitalares dos hospitais universitários federais - Hospital Universitário da Universidade Federal de Catalão (HU-UFCAT) e Hospital Universitário da Universidade Federal de São João Del Rei (HU-UFSJ), com disponibilização de instrumentos e materiais, ficando o fornecimento de peças e a realização de serviços especializados ressarcidos conforme sua efetiva utilização, observadas as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATSER/CATMAT	Natureza de Despesa Detalhada	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade
01	16055	3.3.90.39.17	Serviços mensais contínuos , com dedicação exclusiva de mão de obra, na área de Engenharia Clínica, com subcontratação de serviços especializados e fornecimento de peças , sob demanda, para a realização de manutenção de equipamentos médico-hospitalares e atividades técnicas correlatas, relativos aos equipamentos médico-hospitalares existentes no Hospital Universitário da UFCAT	mês	24
02	16055	3.3.90.39.17	Serviços mensais contínuos , com dedicação exclusiva de mão de obra, na área de Engenharia Clínica, com subcontratação de serviços especializados e fornecimento de peças , sob demanda, para a realização de manutenção de equipamentos médico-hospitalares e atividades técnicas correlatas, relativos aos equipamentos médico-hospitalares existentes no Hospital Universitário da UFSJ .	mês	24

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação.

1.3. O objeto do Termo de Referência é prestação de serviço de natureza continuada.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de **24 (vinte e quatro)** meses, podendo ser prorrogado com fundamento no art. 192 do RCC 3.0. Tal prazo se deve fundamento de que pode tornar a contratação mais atrativa, estaria inserido na lógica de mercado da duração de contratos para esse tipo de serviço e contribuiria para mitigar os riscos de uma eventual necessidade de realização de uma nova contratação do serviço em tela e atenderia aos princípios da economicidade, razoabilidade, competitividade e interesse público (Acórdão 3320/2013 - Segunda Câmara).

1.5. **O Hospital Regional Divino Espírito Santo, será transformado em Hospital Universitário da Universidade Federal de São João Del Rei (HU-UFSJ), vinculado ao Campus Dona Lindu, localizado em Divinópolis.**

1.6. A execução de Serviços de Engenharia Clínica nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde se caracteriza pelo gerenciamento do parque tecnológico durante todo o seu ciclo de vida, seguindo orientações dos fabricantes. Esse gerenciamento consistirá na manutenção dos equipamentos médico hospitalares, participação em processos de planejamento, aquisição, recebimento, treinamento, desativação e todos os assuntos referentes aos equipamentos médico hospitalares, visando a máxima segurança e disponibilidade operacional dos equipamentos. Incluem-se também nas atividades da engenharia clínica a participação em processos de qualidade, tecnovigilância, gerenciamento de riscos e planejamento de ampliações na arquitetura hospitalar. Dessa forma, os serviços de engenharia clínica a serem executados durante a vigência do contrato são:

- 1.6.1. Atualização, cadastramento, elaboração e manutenção de prontuário de equipamentos médico hospitalares, bem como organização, rastreabilidade e atualização destes, por meio de software de gestão fornecido pela rede HU Brasil;
- 1.6.2. Recebimento, verificação e aceitação de equipamentos;
- 1.6.3. Instalação (montagem e desmontagem) de EMHs, quando necessário;
- 1.6.4. Manutenção corretiva dos equipamentos, quando não em garantia, listados no Anexo I-A, nos respectivos arquivos de cada hospital;
- 1.6.5. Manutenção preventiva dos equipamentos, quando não em garantia, listados no Anexo I-A, nos respectivos arquivos de cada hospital;
- 1.6.6. Registro histórico e de intervenções técnicas dos equipamentos;
- 1.6.7. Treinamento de usuários de EMHs;
- 1.6.8. Acompanhamento de empresas contratadas pelos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ para a realização de serviços em EMHs, conforme Anexo I-A.
- 1.7. A presente contratação adotará como regime de execução por **empreitada por preço unitário**, conforme o art. 9º, inciso I do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0.
- 1.8. A adoção deste regime justifica-se técnica e economicamente pelos seguintes fatores:
 - 1.8.1. Natureza Híbrida do Objeto: O escopo engloba uma parcela contínua (mão de obra) e parcelas altamente variáveis (peças e serviços eventuais). A imprevisibilidade inerente à quebra de equipamentos médicos impede a fixação de um valor mensal rígido para o faturamento.
 - 1.8.2. Escalonamento da Mão de Obra: O regime unitário é o único que permite à Administração faturar a mão de obra residente de forma atrelada ao Sistema de Fases de ativação dos leitos, pagando exclusivamente pelos postos de trabalho mobilizados no mês.
 - 1.8.3. Proteção do Erário (Pagamento sob Demanda): Garante que a provisão financeira para peças de reposição e serviços subcontratados seja acionada e paga estritamente sob demanda, mediante orçamento prévio, aplicação real no equipamento e faturamento por unidade medida (NF-e/NFS-e). Impede-se, assim, que a Contratada fature o teto máximo estimado sem a correspondente contraprestação, afastando o risco de enriquecimento sem causa e de pagamento por serviços não realizados.
- 1.9. Os serviços a serem contratados enquadram-se como serviços contínuos, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 1.10. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e as contratantes, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 1.11. O licitante vencedor assinará Termo de Contrato com validade de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa da Necessidade da Contratação do Serviço

2.1.1. A HU Brasil foi criada por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública. Trata-se da maior rede de hospitais públicos do Brasil, a qual o Hospital Universitário da Universidade Federal de Catalão e o Hospital Universitário da Universidade Federal de São João Del Rei fazem parte. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui o órgão central da empresa e mais de 45 Hospitais Universitários Federais - HUFS, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência.

2.1.2. Os hospitais da Rede HU Brasil exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde (SUS) e um papel de destaque para a sociedade. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas. A HU Brasil é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS. O Hospital Universitário da Universidade Federal de Catalão (HU-UFCAT) está localizado no Município de Catalão, Estado de Goiás, Catalão tem uma população de 108.819 habitantes, representando 34,6% da Região de Saúde Estrada de Ferro, que possui abrangência de 18 municípios (MS, 2019). A Universidade Federal de Catalão foi criada em 20 de março de 2018, a partir do desmembramento da Universidade Federal de Goiás. É uma das três universidades federais do estado, ao lado da Universidade Federal de Goiás

(UFG) e da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Possui, na área da saúde, as graduações em enfermagem, medicina, psicologia, ciências biológicas e educação física. O futuro Hospital Universitário potencializará os planejamentos estratégico e de crescimento da instituição, fomentando novas possibilidades de graduação, pós-graduação (residência médica, residência multiprofissional, mestrado e doutorado) e pesquisa.

2.1.3. O HU-UFCAT possui um único pavimento e prestará atendimento exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS). O perfil assistencial planejado para o Hospital Universitário possibilitará o pleito de habilitações SUS específicas, de acordo com as etapas de implantação dos serviços assistenciais. Dentre essas habilitações, o HU-UFCAT contará com 30 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto - Tipo II (20 leitos inicialmente e mais 10 leitos posteriormente), 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - Tipo II, 10 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional e cinco leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Canguru. Além disso, o hospital terá todos demais atendimentos (Laboratório de Análises Clínicas, Laboratório de Anatomia Patológica, Diagnóstico por Imagem, Diagnóstico em Endoscopia, Diagnóstico em Cardiologia, Diagnóstico em Neurologia, Diagnóstico em Ginecologia, Diagnóstico em Obstetrícia, Diagnóstico do Sistema Respiratório, Diagnóstico em Otorrinolaringologia, Diagnóstico em Oftalmologia, Diagnóstico em Urologia, Centro Cirúrgico/RPA, Centro Obstétrico, Centro de Parto Normal, Central de Material e Esterilização, Oncologia, Nutrição Clínica, Lactário, Banco de Leite, Farmácia Clínica e Hemoterapia/Agência Transfusional) totalizando 206 leitos hospitalares.

2.1.4. **O Hospital Regional Divino Espírito Santo, em construção pelo Estado de Minas Gerais será transformado em Hospital Universitário da Universidade Federal de São João Del Rei (HU-UFSJ), vinculado ao Campus Dona Lindu, localizado em Divinópolis.** A Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) Campus Dona Lindu possui na área da saúde os cursos de graduação em Enfermagem, Farmácia, Medicina e Bioquímica. A UFSJ oferta em Divinópolis dois programas de Residência: Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Adolescente (REMSA) e Programa de Residência em Enfermagem na Atenção Básica/Saúde da Família (RESENF). O HU-UFSJ localiza-se na rua Sargento Henrique Loureiro dos Santos, bairro Realengo em Divinópolis (MG). Possui um único bloco de pavimento térreo, com níveis diferentes de acesso devido à topografia do terreno. O setor sul do terreno possui um amplo estacionamento descoberto. O bloco único edificado é vazado por jardins internos que ajudam a criar iluminação natural, fazendo, ao seu redor, as circulações de veículos de serviços, usuários e ambulâncias. A circulação de pessoas é feita internamente por longos corredores que cortam os blocos nos sentidos norte-sul e Leste-Oeste, segmentados por tipo de uso. O perfil assistencial planejado para o Hospital possibilitará o pleito por habilitações SUS específicas, de acordo com as etapas de implantação dos serviços assistenciais com aproximadamente 208 leitos. Esses distribuídos em 14 consultórios, 17 leitos Obstétricos, sendo quatro para internação de gestantes em tratamento clínico e 13 leitos de Alojamento Conjunto (ALCON), além de três quartos de Pré-Parto, Parto e Pós-Parto (PPP). O Serviço contará, ainda, com 10 leitos de UTI Neonatal, 10 leitos de UCINCO e cinco leitos de UCINCA; 198 leitos hospitalares, sendo 156 de internação e 42 de observação. As internações hospitalares serão distribuídas em Leitos Clínicos, Cirúrgicos, Pediátricos, Obstétricos, Complementares e de Observação. Em relação à distribuição dos leitos, a estrutura do HU se divide entre os blocos A, B e C.

2.1.5. Com esses perfis os hospitais possuirão um avançado parque de equipamentos médico hospitalares (EMHs), para suportar a diversidade dos serviços prestados no cumprimento de seus objetivos acadêmicos e sociais, desta forma a execução de serviço de gerenciamento e manutenção contínua e ininterrupta dos EMHs é imprescindível para o funcionamento deste dentro dos padrões de segurança estabelecidos por diversos organismos nacionais/internacionais e dos parâmetros definidos pelos fabricantes, garantindo a qualidade, eficácia, efetividade e segurança dos serviços prestados, minimizando riscos e custos intrínsecos, buscando a maior economicidade, a rastreabilidade, a maior disponibilidade dos equipamentos e o menor impacto ambiental possível.

2.1.6. Para que os hospitais se mantenham operantes, há necessidade de contratação de empresa para prestação desse tipo de serviço. Sem o suporte de empresa terceirizada nessa área, os hospitais poderão ter suas prestações de serviços prejudicadas. A ausência do serviço de manutenção preventiva e, especialmente, de manutenção corretiva, poderá representar riscos e ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pacientes, que teria potencial de representar, inclusive, risco de danos permanentes à saúde ou até mesmo morte de usuários de nossos serviços assistenciais.

2.1.7. Para oferecer suporte e melhorias ao parque tecnológico a ser instalado na instituição e, para atender todos os requisitos da ANVISA RDC Nº 509/2021 e ABNT NBR 15943/2011 - Diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde, tanto no quesito técnico quanto no administrativo, é fundamental a estruturação do Setor de Engenharia Clínica (STEC). Esse setor é responsável por implantar, planejar e gerenciar todo o parque de EMH, desde sua incorporação até seu descarte final. Assim, garantir qualidade, segurança, eficiência e suporte adequado a realização de procedimentos que envolvem tecnologia com o objetivo final de contribuir para a melhoria direta no atendimento à população. Esse tipo de serviço é comum e essencial para os estabelecimentos assistenciais de saúde, públicos e privados, no país e do Mundo.

2.1.8. No quadro aprovado de funcionários pelo Departamento de Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento e Gestão (MPOG), está prevista a contratação somente de Engenheiros Clínicos para os Setores de Engenharia Clínica dos Hospitais da rede HU Brasil. Até o presente momento, não há previsão de contratação de profissional de nível técnico específico para a execução rotineira dos serviços do plano de gestão da manutenção de EMH pelo quadro de pessoal da HU Brasil.

2.1.9. Com esse histórico apresentado, se faz necessária a contratação de serviço comum de engenharia, sendo esse um serviço de forma continuada, para promover a eficácia e a eficiência na manutenção do parque de EMHs, controlando e reduzindo os custos envolvidos, e objetivando também garantir a qualidade e segurança do parque, minimizando os riscos envolvidos nos procedimentos com tecnologia médica hospitalar. Ressalta-se que as experiências consolidadas por contratos vigentes em outras filiais da Rede HU Brasil, bem como em outros hospitais públicos federais de porte equivalente, demonstram que tal serviço representa alternativa mais eficiente e eficaz (haja vista que a HU Brasil ainda não possui em seu quadro de pessoal técnicos de nível médio) para a gestão do parque tecnológico das instituições

2.2. Justificativa das Especificações Técnicas do Serviço

2.2.1. A execução dos serviços de gerenciamento e manutenção contínua e ininterrupta dos equipamentos e seus acessórios dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ são imprescindíveis para o funcionamento dentro dos padrões de segurança estabelecidos por diversos organismos nacionais e internacionais e parâmetros definidos pelos fabricantes, garantindo a qualidade, eficácia, efetividade e segurança dos serviços prestados, minimizando riscos e custos intrínsecos, bem como buscando a maior economicidade, a rastreabilidade, maior disponibilidade dos equipamentos e o menor impacto ambiental possível. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais equipamentos necessitam com frequência de manutenção corretiva, para sanar defeitos imprevisíveis por quaisquer causas.

2.2.2. Com isso, os hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ almejam a contratação de empresa especializada na gestão e operação integrada dos equipamentos médico hospitalares, visando assegurar, dentre outros benefícios:

2.2.2.1. Celeridade no reparo de equipamentos com reposição de peças quando necessário, reduzindo o tempo de espera para realização de atendimento, consultas, exames e procedimentos ocasionados pela indisponibilidade deste;

2.2.2.2. Maior qualidade e presteza no atendimento, provendo desta forma a satisfação e segurança do usuário, agregando economia nos processos de trabalho;

2.2.2.3. Histórico de manutenção dos equipamentos, contemplando custos, de modo a respaldar as decisões da Diretoria quanto à incorporação tecnológica e descarte por obsolescência;

2.2.2.4. Cumprimento à RDC/ANVISA nº 509 de 27 de maio de 2021, que determina a rastreabilidade dos processos que envolvam tecnologias em saúde, bem como à ABNT NBR 15.943:2011, que dispõe sobre as diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde;

2.2.3. Esclarece-se ainda que a especificação dos serviços ora licitados se enquadram dentro das atividades previstas na Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05/2017 que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.2.4. A natureza do objeto da presente contratação é definida como comum de engenharia tendo em vista que são oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

2.2.5. O presente serviço é classificado como contínuo, na medida em que um hospital público não pode prescindir dos serviços de manutenção dos equipamentos médico hospitalares. Para a tutela do interesse público envolvido, qual seja, a assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança. Necessário se faz a prevenção de sistemas, equipamentos e mobiliários, e as correções do mau funcionamento. Ademais, eventual paralisação desta atividade, implicará em prejuízo ao exercício das atividades desenvolvidas neste hospital. O que caracteriza um serviço como de natureza contínua é a imperiosidade da sua prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades administrativas, sob pena de prejuízo ao interesse público.

2.3. Justificativa da Demanda de Serviços Contratados

2.3.1. O cálculo da quantidade de serviços de manutenção preventiva contratados foi baseado em orientações dos manuais técnicos, exigências normativas, inclusive as da ANVISA, e em histórico de falhas dos equipamentos listados no Anexo I-A – Relação de equipamentos dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ. Além de buscar atender aos padrões de creditações, cujo foco é a segurança do paciente. As quantidades de serviços de manutenção corretiva foram calculadas com base no histórico de atendimento de chamados que o Setor de Engenharia Clínica atende atualmente e também em publicações de dimensionamento de equipes.

2.3.2. Quanto à forma de mensuração dos resultados para pagamento da CONTRATADA, a mesma se dará a partir da medição dos serviços prestados condicionado ao alcance de metas de desempenho. Nesta forma de contratação, o valor total dos serviços é estabelecido quando da contratação, com base na proposta da CONTRATADA, porém o valor mensal a ser faturado será calculado com base nos resultados alcançados pela CONTRATADA na prestação do serviço.

2.3.3. Assim, neste modelo de contratação proposto, o faturamento é ajustado de acordo com o instrumento de medição de resultado (IMR), que permite a Contratante monitorar os serviços realizados com relação ao desempenho, qualidade e tempo de atendimento.

2.3.4. Portanto, os valores apresentados nas planilhas de composição de custos e formação de preços, quando da apresentação de propostas, correspondem aos valores máximos a serem faturados na hipótese da CONTRATADA atingir a meta exigida em todos os indicadores. Trata-se de um contrato onde a remuneração não se dá exclusivamente através de horas de serviço ou postos de trabalho.

2.4. Justificativa para a Modelagem de Parcelamento do Objeto

2.4.1. A licitação será dividida em 02 (dois) Itens independentes de Preço Global, sendo o Item 1 exclusivo para o HU-UFCAT (Catalão/GO) e o Item 2 exclusivo para o HU-UFSJ (São João del-Rei/MG). Em cumprimento à Súmula 247 do TCU, esta divisão respeita a distância geográfica e as diferenças tributárias e trabalhistas de cada estado, ampliando a competitividade ao permitir a participação de empresas de atuação regional.

2.4.2. No âmbito interno de cada Item (unidade hospitalar), o objeto é técnica e economicamente indivisível, devendo a prestação contínua dos serviços de manutenção e o fornecimento de peças sob demanda serem adjudicados à mesma empresa. A contratação separada de mão de obra e de materiais demonstra-se inviável por comprometer a garantia técnica dos equipamentos e gerar conflito de responsabilidades em caso de falhas. Assim, a unificação assegura a resolução ágil e reduz o tempo de máquina parada. A inviabilidade de parcelamento interno ampara-se expressamente no enquadramento previsto no art. 120, § 2º, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil, visto que a divisão do objeto comprometeria severamente a execução, a eficiência e a gestão do contrato, impossibilitando a manutenção da garantia técnica centralizada.

2.4.3. Apesar da adjudicação por preço global, o faturamento observará a segregação de documentos fiscais para fins contábeis e orçamentários, possibilitando o pagamento correto de materiais (via NF-e) e de serviços (via NFS-e), conforme as normas tributárias vigentes.

2.4.4. A centralização das obrigações de prestação de serviços e fornecimento de peças em um único Item por hospital garante a eficiência da gestão, com notável redução de horas de trabalho para diversas áreas relacionada a este tipo de gestão (Setor de Engenharia Clínica, Unidade de Licitação, Unidade de Contratos, Unidade de Contabilidade e Unidades do SGOF).

2.5. **Os serviços descritos no objeto deverão seguir as Normas, leis, regulamentos citados abaixo:**

- 2.5.1. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;
- 2.5.2. Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil, versão 3.0 (RCC 3.0);
- 2.5.3. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 2.5.4. Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-HU Brasil - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais;
- 2.5.5. Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010. Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- 2.5.6. Advocacia Geral da União (AGU). Consultoria Geral da União. Brasil. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025;
- 2.5.7. Lei nº 12.527 de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso à informação;
- 2.5.8. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
- 2.5.9. Instrução Normativa SEGES/SEDGG/ME n.º 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- 2.5.10. Instrução Normativa nº 05 de 2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 2.5.11. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, dispõe sobre a contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- 2.5.12. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 2.5.13. Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- 2.5.14. As prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;
- 2.5.15. NBR 15943/2011 - Diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde;
- 2.5.16. A Instrução Normativa MPOG/SLTI nº5, de 26 de maio de 2017;
- 2.5.17. As recomendações expressas na Lei n. 12.305/2010.
- 2.5.18. Procedimentos Operacionais Padrão de Manutenção Preventiva, Calibração, Qualificação e Teste de Segurança Elétrica em Equipamentos de Saúde para os Hospitais da Rede HU Brasil;
- 2.5.19. Norma Operacional de Gestão de Equipamentos Médico-Hospitais HU Brasil;
- 2.5.20. Caderno de Processos e Práticas de Engenharia Clínica.

2.6. A presente contratação encontra-se alinhada com o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre a HU Brasil, a UFCAT e a UFSJ, bem como à necessidade de estruturação e definição do perfil assistencial das futuras unidades hospitalares. Por se tratarem de hospitais em fase de implantação, a condução deste planejamento pela Administração Central faz-se necessária para garantir que os hospitais entrem em operação com a devida retaguarda tecnológica, assegurando a futura continuidade dos serviços de atendimento ao público, ensino e pesquisa de maneira segura e satisfatória. Ademais, por se tratar de demanda excepcional voltada à estruturação inicial

destas unidades, justifica-se a ausência de previsão desta contratação no Plano Anual de Compras (PAC) ou no Acordo Organizativo de Compromissos (AOC) do exercício vigente, sendo sua realização extrapauta essencial para garantir o início seguro das operações.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A Contratada será responsável pelos serviços e mão-de-obra para a solução integral dos defeitos provenientes de todas as manutenções realizadas nos equipamentos relacionados ao objeto listado no Anexo I-A, conforme coluna de classificação. Havendo necessidade de troca de peças, consumíveis, acessórios e contratação de serviços especializados, estes poderão ser comprados ou contratados pela CONTRATADA que será pago o que efetivamente for comprovado, com processo de compra/contratação e respectivas notas fiscais. Para este tipo de pagamento, serão considerados os BDIs de cada natureza.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O presente serviço é classificado como contínuo, na medida em que um hospital público não pode prescindir dos serviços de Engenharia Clínica. Para a tutela do interesse público envolvido, qual seja, a assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança, faz-se necessária a prevenção e a correção do mau funcionamento. A paralisação desta atividade implicará em severo prejuízo ao exercício das atividades assistenciais desenvolvidas neste hospital. Trata-se de contratação de mão de obra que não possuímos em nosso quadro de pessoal.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3. A prestação dos serviços deverá observar rigorosamente as legislações vigentes, em especial as normatizações da ANVISA (como a RDC nº 509/2021), do INMETRO, as Normas Regulamentadoras (NRs) de Segurança do Trabalho, bem como o Caderno de Processos e os POPs de Engenharia Clínica da Rede HU Brasil.

4.4. Os serviços serão prestados nas dependências físicas do HU-UFCAT e do HU-UFSJ, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, observando rigorosamente as escalas, fases de implantação e jornadas de trabalho estipuladas no modelo de execução deste TR.

4.5. A Contratada deverá realizar testes de aceitação e instalação de novos equipamentos (quando não cobertos pelo fabricante), além de promover o treinamento dos usuários e operadores do parque tecnológico para mitigação de riscos.

4.6. A execução do serviço deverá obrigatoriamente adotar práticas de sustentabilidade ambiental, econômica e social, observando a destinação correta de resíduos e as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

4.7. Ao término do contrato, a Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, repassando o histórico do software de gestão e podendo exigir a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa sucessora.

4.8. Apresentar documento, emitido pelo IPEM (Instituto de Pesos e Medidas) conforme portarias do INMETRO 143/2001, 035/1999 e 236/1994, com autorização para realizar conserto e manutenção em Esfígmomanômetros e Balanças. Será admitida a subcontratação parcial do objeto exclusivamente para serviços de alta especificidade (como calibrações específicas de equipamentos críticos), limitada ao máximo de 20% do valor do contrato, mediante avaliação e aprovação prévia da fiscalização.

4.9. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme Tabela 1:

TABELA 1 - ENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS

CBO	DESCRIÇÃO
9101-30	Supervisor de Manutenção Pleno
9153-05	Técnico em manutenção de equipamentos e instrumentos médico-hospitalares / Técnico em Eletrônica

4.10. Declaração, de vistoria ou de não realização de vistoria, conforme detalhamento do item 20 deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços de Engenharia Clínica nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde se caracterizam pelo gerenciamento do parque tecnológico durante todo o seu ciclo de vida. Esse gerenciamento se dá pela manutenção, calibração e qualificação dos equipamentos, além de participação nos processos de aquisição, recebimento, treinamento e desativação. Enfim, todos os assuntos referentes aos equipamentos médicos hospitalares garantindo a qualidade no atendimento, segurança operacional e sua disponibilidade operacional, tecnovigilância e gerenciamento de riscos.

5.2. **Localidade e Horário de Trabalho**

5.2.1. Os serviços deverão ser executados atendendo aos requisitos constantes desse Termo de Referência, nos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ, localizados:

5.2.1.1. **HU-UFCAT, Av. Lamartine Pinto de Avelar, Lot. Ipanema, em Catalão, GO;**

5.2.1.2. **HU-UFSJ, Rua Sargento Henrique Loureiro dos Santos, Bairro Realengo, em Divinópolis, MG.**

5.2.2. Os serviços deverão ser prestados de segunda-feira a sexta-feira entre 07:00 e 18:00 horas, conforme escala a ser determinada.

5.3. Os serviços de manutenção corretiva, preventiva, calibração e qualificação deverão ser executados por profissionais capacitados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos, no que tange:

5.3.1. Às normas e especificações constantes deste TR;

5.3.2. Os serviços executados deverão seguir as normas e legislações vigentes, tendo por referência e orientação os títulos a seguir discriminados, sem prejuízo do cumprimento das normas advindas ou outras que não constam na relação:

5.3.3. Às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial, À Resolução da Diretoria Colegiada:

5.3.3.1. RDC n. 509, de 27 de maio de 2021, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde e aprova o regulamento técnico que estabelece os requisitos mínimos para o Gerenciamento de Tecnologias em Saúde em estabelecimentos de saúde;

5.3.3.2. RDC n. 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre as normatizações da infraestrutura física dos serviços de saúde.

5.3.3.3. RDC nº 330/2019, que estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas;

5.3.3.4. RDC nº 185/2001, que dispõe sobre registro, dispensa, alteração, revalidação ou cancelamento de registro de produtos para saúde;

5.4. Às recomendações expressas na Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978, em especial as seguintes:

5.4.1. Norma NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

5.4.2. Norma NR-12 - Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;

5.4.3. Norma NR-32 - Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;

5.5. **Equipes Técnicas**

5.5.1. O dimensionamento da equipe para execução adequada dos serviços será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo assegurar-se de que será suficiente para o cumprimento integral dos níveis de serviços estabelecidos. De forma a orientar as PARTICIPANTES no dimensionamento do quadro profissional são apresentadas informações e dados estimados, que devem ser considerados como referência mínima para elaboração da proposta:

5.5.1.1. Os hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ conterão de um parque de equipamentos, com cerca de 1200 equipamentos médico hospitalares, cada um.

5.5.1.2. A demanda de ordens de serviço apresenta sazonalidade, devendo, portanto, ser previsto pela CONTRATADA um quadro técnico capaz de absorver a sazonalidade, de modo a não gerar prejuízos para os níveis de serviços contratados.

5.6. **1. Da Composição da Equipe Técnica por Fases de Implantação**

5.6.1. A Contratada deverá disponibilizar equipe técnica mínima conforme as fases de abertura do Hospital, observando-se obrigatoriamente a seguinte composição (totalizando o quantitativo da TABELA 2 – QUANTITATIVO MÍNIMO DE PROFISSIONAIS):

a) **1ª e 2ª fases de abertura:**

01 (um) Supervisor Técnico;

02 (dois) Técnicos de Manutenção em Equipamentos Biomédicos.

b) **3ª fase de abertura:**

01 (um) Supervisor Técnico;

03 (três) Técnicos de Manutenção em Equipamentos Biomédicos.

c) **4ª fase de abertura:**

01 (um) Supervisor Técnico;

04 (quatro) Técnicos de Manutenção em Equipamentos Biomédicos.

5.6.1.1. A transição entre as fases de implantação e a consequente ampliação da equipe mínima ocorrerá mediante comunicação formal e escrita da Fiscalização do Contrato, baseada no cronograma de ativação de leitos e serviços assistenciais do hospital, devendo a Contratada viabilizar o novo quantitativo de profissionais no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação.

5.6.1.2. O quantitativo de postos ativados seguirá o cronograma de implantação da Administração. Para fins de precificação e envio de proposta, a licitante deverá considerar o dimensionamento total, observando as diretrizes estabelecidas no item 8 (Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta).

5.6.2. A Contratada será responsável por manter a equipe completa durante todo o período contratual, providenciando substituições imediatas em casos de afastamento, férias, desligamento ou qualquer indisponibilidade do profissional, de modo a garantir a continuidade dos serviços.

5.7. **2. Da Jornada de Trabalho**

5.8. Durante a 1ª e 2ª fases de abertura do Hospital, o horário de trabalho da equipe técnica será de **segunda a sexta-feira, das 07h00 às 18h00**.

5.9. A jornada individual dos profissionais será de **40 (quarenta) horas semanais**, devendo a Contratada organizar a escala de entrada, saída e pausas para refeição de forma que haja, obrigatoriamente, **pelo menos 01 (um) Técnico de Manutenção em Equipamentos Biomédicos em atividade presencial durante todo o período compreendido entre 07h00 e 18h00**.

5.10. Compete à Contratada elaborar e apresentar à Fiscalização do Contrato a escala semanal da equipe sempre que solicitado, assegurando o cumprimento da cobertura mínima exigida.

5.11. A partir da 4ª fase de implantação do Hospital, além da jornada regular de segunda a sexta-feira, poderá ser solicitado pela Fiscalização do Contrato o funcionamento adicional da equipe técnica.

5.12. Nessa fase, a Fiscalização poderá demandar a **alocação de 01 (um) Técnico de Manutenção em Equipamentos Biomédicos aos sábados**, no período das **14h00 às 18h00**, para atendimento a demandas operacionais específicas.

5.13. A execução deste horário aos sábados ocorrerá mediante **sistema de compensação de horas** ou pagamento conforme a **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente**, sem prejuízo à regularidade da jornada semanal e à continuidade dos serviços.

5.14. A Contratada deverá apresentar à Fiscalização, sempre que requerido, a escala de compensação de horas e o controle de jornada dos profissionais alocados.

5.14.1. Uma estimativa de composição mínima das equipes de serviço de suporte local (recursos humanos do quadro funcional da CONTRATADA a serem alocados nas dependências da CONTRATANTE) é apresentada a seguir, e considera o número de equipamentos da instituição, sua complexidade, diversidade e distribuição geográfica. Outro fator relevante para composição da equipe são as competências exigidas e a abrangência dos serviços para cumprimento do escopo apresentado. Desta forma, a composição da equipe técnica deverá obedecer às seguintes quantidades:

TABELA 2 – QUANTITATIVO MÍNIMO DE PROFISSIONAIS

CBO	SERVIÇO	TURNO	JORNADA	Nº DE POSTOS
9101-30	Supervisor de Manutenção Pleno	Diurno	40h semanais	1
9153-05	Técnico em manutenção de equipamentos e instrumentos médico-hospitalares / Técnico em Eletrônica - diarista	Diurno	40h semanais	4
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO				5

- 5.14.1.1. Após o término do período de 24 (vinte e quatro) meses, será facultado o acréscimo de mais 2 (dois) postos de trabalho para o cargo de técnico, sendo que esta eventual majoração deverá ser obrigatoriamente formalizada mediante termo aditivo, nos estritos termos e limites do art. 203 do RCC 3.0.
- 5.14.2. Caso haja a incorporação de novos equipamentos médicos hospitalares ao parque tecnológico da Contratante, estes automaticamente serão enquadrados no Anexo I-A – Relação de equipamentos (em grupo de natureza similar), não sendo necessário o redimensionamento de pessoal pela empresa para incluí-los na Gestão. Nos casos em que houver término do período de garantia, cabe a Contratante, após solicitação da Contratada, e em conjunto com esta, analisar se esta incorporação necessitará de redimensionamento do quadro técnico.
- 5.14.3. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e Convenções Coletivas de Trabalho respectivas.
- 5.14.4. A Contratada deverá disponibilizar e manter nas dependências da Contratante, toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 5.14.5. Além da equipe técnica presencial dimensionada pela Contratada, poderá ser previsto ainda equipe técnica de retaguarda (não presencial), de apoio para todos os assuntos pertinentes a este Contrato. Este eventual custo de pessoal deverá ser considerado como Despesa Administrativa da empresa, não gerando ônus adicionais para a contratante.
- 5.14.6. A empresa Contratada deverá apresentar à Contratante, no ato de assinatura do contrato, a relação nominal dos profissionais que farão parte de sua equipe técnica e que realizarão dos serviços objetos deste Termo de Referência, bem como a documentação comprobatória da qualificação exigida. A substituição de qualquer membro da equipe técnica apresentada pela Contratada deverá ser prévia e formalmente solicitada à Contratante, somente podendo ser efetivada após autorização emitida pelo gestor do contrato nos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ.
- 5.14.7. A Contratante poderá solicitar a Contratada a substituição de profissionais, sempre que julgar necessário. O prazo máximo para esta substituição é de 30 (trinta) dias.
- 5.14.8. Somente poderão ser substituídos por profissional de qualificação técnica igual ou superior ao exigido neste Termo de Referência, com a aprovação do fiscal técnico do contrato.
- 5.14.9. Em caso de afastamento de funcionários (férias, licença médica, entre outros), a Contratada deverá fazer a substituição em até 12 horas corridas do mesmo, por outro com a mesma formação, experiência e capacitação técnica. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos de confecção de crachás.
- 5.14.10. A Contratada estará obrigada a manter diariamente nas dependências da Contratante o quantitativo mínimo de pessoal apresentado na Tabela 2, devendo ser supridas as possíveis ausências em até 12 (doze) horas após o início do expediente.
- 5.14.10.1. As faltas ao serviço, não supridas, deverão ser descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa, salvo apresentação de motivo justificável e aceito pelo Fiscal do Contrato.
- 5.14.11. Para os cargos com regime de trabalho de 40 horas semanais, a jornada de trabalho deverá ser cumprida de segunda à sexta-feira, preferencialmente, entre 07:00 horas e 18:00 horas, com intervalo de almoço de 1 (uma) hora ou 2 (duas) horas.
- 5.14.12. Caso o empregado da Contratada não cumpra com a carga horária de 40 horas semanais, o saldo de horas "a positivo", ou "a negativo", deverá ser compensado via Banco de Horas;
- 5.14.13. A compensação do saldo "a positivo" ou "a negativo" do Banco de Horas dos empregados da Contratada deverá ser realizada em um período de tempo máximo conforme a Convenção Coletiva da Contratada.
- 5.14.14. A Contratante terá o direito de alterar os horários estabelecidos, respeitada a natureza e a jornada de trabalho diária, sempre que julgar necessário, bastando tão somente comunicar por escrito à Contratada. A frequência por expediente será aferida mediante fiscalização da Contratante.
- 5.14.15. A Contratada deverá colocar à disposição dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ pessoal habilitado, nos locais e horários previamente definidos neste Termo de Referência.
- 5.14.16. A Contratada deverá possuir controle de ponto dos funcionários através de sistema de Ponto Eletrônico, com Registrador de Ponto Eletrônico – REP, atendendo a [Portaria n.º 671/MTP, de 8 de novembro de 2021](#);; para registro da entrada e saída dos funcionários, conforme recomenda a Súmula 338/TST, com registro mensal impresso e em formato digital disponibilizado ao Fiscal Administrativo, devendo ser fornecido todo o sistema necessário para o registro e armazenamento das informações, sem ônus adicional para a Contratante, sendo que:
- 5.14.16.1. O Sistema deve registrar fielmente as marcações efetuadas, não sendo permitida qualquer ação que desvirtue os fins legais a que se destina;
- 5.14.16.2. O REP deverá atender aos requisitos previstos na [Portaria n.º 671/MTP, de 8 de novembro de 2021](#).
- 5.14.16.3. A Contratada deverá apresentar registro do modelo do REP do MTE, fornecido pelo fabricante contendo "Certificado de Conformidade do REP à Legislação" emitido por órgão técnico credenciado e "Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade" conforme [Portaria n.º 671/MTP, de 8 de novembro de 2021](#).

5.15. **Cadastramento e Controle de Inventário**

- 5.15.1. A CONTRATADA deverá realizar “in loco” no início da vigência do contrato, o Cadastro do Parque de Equipamentos Médicos do hospitais, bem como a colocação da etiqueta de identificação (TAG);
- 5.15.2. A Contratada deverá manter um banco de dados com o cadastrando de todos os equipamentos beneficiados pelo contrato, em sistema informatizado disponibilizado pela contratante. Esse cadastro deverá conter informações como identificação do equipamento, condição, localização, marca, modelo, série, patrimônio, dados de redes (equipamentos ligados ao PACS), habilitação de técnicos usuários para operar e manusear o equipamento, etc.
- 5.15.3. No evento das renovações anuais de contrato, a CONTRATADA deverá auditar e renovar o cadastro de equipamentos, com a conferência física do equipamento, atualização das informações cadastrais e a existência de etiqueta de identificação do equipamento.
- 5.15.4. Deverá ser fornecida a etiqueta de identificação (TAG) para cada equipamento médico, e substituída quando necessário, pela CONTRATADA, devendo ser utilizada etiqueta auto-adesiva, confeccionada em material poliéster metalizado e que não danifique com a rotina de higienização dos equipamentos, em formato retangular com bordas abauladas e com as seguintes dimensões aproximadas largura(50mm) e altura(20mm), fundo na cor branca ou prata e escrita na cor preta contendo o código de identificação, e devendo conter ainda os nomes “ENGENHARIA CLÍNICA” e o nome do HU”.
- 5.15.5. Todo e qualquer Equipamento Médico que for incorporado ao Parque de Equipamentos Médicos do HU, durante a vigência do contrato, deverá ser cadastrado e receber a etiqueta, pela CONTRATADA, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 5.15.6. A CONTRATADA deverá realizar a Verificação “in loco” e também no Cadastro do Parque de Equipamentos Médicos do HU, toda a vez que a CONTRATANTE solicitar para eventuais correções de cadastramento e conferência das informações;
- 5.15.7. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas referentes a colocação, substituição e recolocação de etiquetas, sempre que necessário, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 5.15.8. A qualquer tempo, durante a validade do contrato, alguns EMH do parque tecnológico poderão ser substituídos por outros EMH similares, seguindo plano de atualização do parque, podendo esta formalização se dar por simples registro através de e-mail.

5.16. **Recebimento, Verificação, Aceitação, Movimentação e Instalação de Equipamentos**

- 5.16.1. A cada novo equipamento adquirido pela Contratante, a Contratada deverá realizar, sob supervisão dos engenheiros do Setor de Engenharia Clínica, os procedimentos de recebimento, movimentação e instalação (se esta não estiver prevista no contrato de compra) e testes de aceitação, inserindo as informações no software de gestão de equipamentos.
- 5.16.2. O processo deverá contemplar: o recebimento dos equipamentos, a verificação da integridade de embalagem de modo a garantir que o equipamento não sofreu avaria no transporte, testes funcionais no equipamento e instalação deste no setor de destino (se esta não estiver prevista no contrato de compra e a instalação não interferir nos termos de garantia), conforme manual do fabricante. Quando aplicável, auxiliar na abertura das embalagens e checar a presença e a integridade dos itens (equipamento, acessórios e manuais) e acompanhar a instalação do equipamento pelo fornecedor checando todos os itens acima citados.

5.17. **Manutenção Preventiva e Inspeção Periódica**

- 5.17.1. A Contratada deverá executar o Plano Anual de Manutenções Preventivas elaborado pelo Setor de engenharia clínica da contratante, de modo a reduzir a necessidade de manutenção corretiva, prevendo e evitando danos futuros, observando falhas em estágios iniciais. A partir desse plano, a contratada deverá realizar a programação de execução dos serviços que será divulgada para os responsáveis de cada área assistencial, de modo a garantir que estes sejam disponibilizados para a manutenção. Se um equipamento não for disponibilizado no dia e horário programado para sua manutenção, a Contratada deverá acionar o responsável pelo setor, solicitando tal liberação. Caso o problema persista, a Contratada deverá notificar o responsável e por último comunicar a situação aos Setores de Engenharia Clínica para as providências cabíveis.
- 5.17.2. Para toda manutenção preventiva realizada, a Contratada deverá gerar a respectiva ordem de serviço eletrônica com no mínimo as seguintes informações: Número da Ordem de Serviço; Dados de identificação do equipamento; Data de realização da preventiva; Data de realização da próxima preventiva; Código dos equipamentos/instrumentos de medição utilizados; checklist (conforme manual padronizado na rede HU Brasil) contendo as rotinas de manutenção realizadas; indicação do técnico responsável pela execução da manutenção; nome do funcionário responsável pelo setor de lotação vigente do equipamento.
- 5.17.3. Caberá a Contratada a realização de inspeção periódica diária em setores críticos dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ de modo a identificar pro ativamente eventuais defeitos e falhas em equipamentos. O técnico deverá visitar os setores assistenciais e verificar, junto ao responsável de cada setor, ou a quem por ele for designado, se há algum equipamento que tenha apresentado algum tipo de falha para, se necessário, encaminhá-lo à manutenção ou a sua substituição.
- 5.17.4. Todas as atividades de Manutenção Preventiva e Inspeções Periódicas deverão ser documentadas e registradas no sistema informatizado específico.

5.18. **Certificação e Qualificação:**

5.18.1. A Contratada deverá executar o Plano Anual de Calibração e de Qualificação elaborado pelos engenheiros clínicos da contratante, de modo a estabelecer uma revisão frequente dos sistemas de medidas e desempenhos no intuito de garantir que os equipamentos médico hospitalares sejam utilizados dentro de sua normalidade de operação, atendendo plenamente as funções especificadas pelo fabricante e garantindo a confiabilidade e segurança de pacientes e operadores.

5.18.2. Para toda manutenção preventiva realizada, a Contratada deverá gerar a respectiva ordem de serviço eletrônica com no mínimo as seguintes informações: Número da Ordem de Serviço; Dados de identificação do equipamento; Data de realização da preventiva; Data de realização da próxima preventiva; Código dos equipamentos/instrumentos de medição utilizados; checklist (conforme manual padronizado na rede HU Brasil) contendo as rotinas de manutenção realizadas; Indicação do Técnico responsável pela execução da manutenção; nome do funcionário responsável pelo local vigente do equipamento.

Certificação: Verificar se as condições de áreas e equipamentos se mantêm dentro de suas especificações de maneira confiável e repetitiva, conforme às normas vigentes. No estudo de certificação são utilizados instrumentos previamente calibrados e certificados.

Qualificação: Processo que corresponde à ação de verificação, quando um equipamento trabalha corretamente e produz os resultados esperados. Deverão ser aplicáveis dois tipos de qualificação:

Qualificação operacional: comprovação, mediante testes, que o equipamento está funcionando como previsto e atende às necessidades do processo ao qual se destina. A qualificação operacional deverá incluir: calibração de parâmetros especificados; avaliação dos parâmetros críticos; verificação dos itens de segurança; testes nas condições limite especificados; verificação dos itens especificados; treinamento de pessoal.

Qualificação de desempenho: deverá consistir na verificação sistemática da eficácia do(s) equipamento(s) no processo, com a finalidade de garantir que o(s) produto(s) final(is) possa(m) ser produzido(s) e reproduzido(s) conforme a qualidade exigida. Ou seja, verificar se o equipamento funciona como previsto durante o seu uso rotineiro.

5.18.3. A contratada deverá apresentar o calendário correspondente ao Fiscal do Contrato no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.18.4. Os serviços de calibração deverão ser realizados conforme recomendações técnicas do fabricante, normativa compulsória e legislação vigente no país; A periodicidade mínima das calibrações e qualificações deverá ser definida em conjunto com o setor de Engenharia Clínica, com base em análise de criticidade, avaliação de risco e recomendações do fabricante, em conformidade com a RDC 509/2021 (Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde).

5.18.5. Os serviços de teste de segurança elétrica, quando aplicáveis, devem estar em conformidade com a NBR IEC 60601.1 (que regulamenta requisitos gerais de segurança básica e desempenho essencial para equipamentos eletromédicos).

5.18.6. Os serviços de qualificação operacional e de desempenho deverão ser realizados nos equipamentos referenciados pela ANVISA, conforme às normativas compulsórias e legislação vigentes no país.

5.18.7. Os serviços de certificação devem ser realizados conforme as normativas compulsórias e legislação vigente.

5.18.8. A CONTRATADA deverá analisar os resultados das calibrações, comparando-os com os desvios máximos admitidos para o equipamento, atestando sua conformidade ou não conformidade e, se necessário, alterando as periodicidades com base em métodos para ajuste de intervalos de calibração, ou deverá tomar as providências necessárias conforme o caso. Caso ocorra uma não conformidade que necessite de ajustes e/ou manutenção, a CONTRATADA deverá sinalizar a CONTRATANTE, providenciar devida manutenção corretiva e, quando este for reparado, deverá ser novamente calibrado.

5.18.9. Os serviços realizados deverão ser registrados de forma eletrônica para geração do “Certificado de Calibração” ou “Relatório de Qualificação”, de acordo com o respectivo serviço executado, com no mínimo as seguintes informações: Número do Documento; Tipo do Documento, Data de execução do serviço; Código do equipamento/instrumento; Código do padrão de referência; Indicação de no mínimo 03 (três) leituras, se aplicável, comparando com as leituras do padrão; Indicação do erro da leitura e da incerteza da leitura, se aplicável; Indicação do Técnico responsável pela execução do serviço.

5.18.10. Após a realização de cada procedimento de Manutenção Programada, quando os EMHs estiverem fora do período de garantia, a CONTRATADA deverá colocar uma etiqueta no equipamento conforme preconizado no [Procedimentos Operacionais Padrão de Manutenção Preventiva, Calibração, Qualificação e Teste de Segurança Elétrica em Equipamentos de Saúde para os Hospitais da Rede HU Brasil](#) — figura 11, última modificação 29/12/2022, contendo no mínimo o tipo de serviço, técnico executor, a data de execução (dia/mês/ano) e a data da próxima manutenção programada (dia/mês/ano). A etiqueta deverá ser fornecida, e substituída quando necessário, pela CONTRATADA, devendo ser utilizada etiqueta de modelo autoadesivo, laminado em material resistente, com proteção do tipo adesivada simples, com as seguintes dimensões aproximadas largura (80 mm) e altura (40 mm), e devendo conter ainda o logotipo colorido da HU Brasil, o nome "Setor de Engenharia Clínica - Sigla do Hospital - Sigla Instituição de Ensino".

5.18.11. Os certificados de calibração deverão atender à norma NBR/ISO 17025. Essa norma é utilizada para acreditação de laboratórios pelo INMETRO e visa garantir a validade e confiabilidade dos resultados fornecidos por esses laboratórios.)

5.18.12. Todas as atividades de Certificação e Qualificação deverão ser documentadas e registradas em sistema informatizado (*software*) específico, utilizado pela instituição.

5.19. **Manutenção Corretiva:**

5.19.1. A Contratada será responsável pelo atendimento inicial de todos os equipamentos gerenciados e cadastrados no grupo 4 do Anexo I-A – Relação de equipamentos. Referentes aos chamados para avaliação de defeitos, e solução integral dos problemas nos equipamentos listados no grupo 1 do Anexo I-A – Relação de equipamentos.

5.19.1.1. Entende-se por atendimento inicial a prestação de serviços básicos nos equipamentos do grupo 4 do Anexo I-A – Relação de equipamentos, independente da complexidade tecnológica envolvida ou existência de contrato terceirizado, para verificação das condições de utilização do equipamento, analisando eventuais problemas relacionados com as instalações ordinárias e especiais, verificando acessórios e eventuais procedimentos inadequados por parte dos usuários, incluindo a execução de testes operacionais, limitando-se a procedimentos que não envolvam a abertura do equipamento ou que violem as responsabilidades exclusivas, caso haja empresa terceirizada para manutenção preventiva e corretiva.

5.19.1.2. Entende-se por solução integral a manutenção corretiva realizada pela Contratada, nos equipamentos do grupo 1 do Anexo I-A – Relação de equipamentos, sendo a mesma responsável pela mão de obra e aquisição dos materiais necessários, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

5.19.1.3. Entende-se por atendimento integral da manutenção, todas as ordens de serviço em aberto quando do início do contrato.

5.19.2. Os serviços de maior especificidade são aqueles que exigem conhecimento ou mão-de-obra especializada de fábrica e que exigem a substituição de peças não disponíveis em estoque ou que não possam ser encontradas no mercado comum, cuja manutenção pelo suporte de serviço local não é viável por questões de limitação técnica e/ou riscos a integridade do equipamento, e que apresentam baixo custo de execução, inferior a cinquenta por cento do seu valor de mercado.

5.19.3. Tais serviços deverão ser providos pela Contratada admitindo-se sua subcontratação, mediante aprovação do Fiscal do Contrato, utilizando os recursos financeiros disponibilizados para essa finalidade.

5.19.4. As Ordens de Serviço de Manutenções Corretivas deverão ser abertas sempre que houver um chamado ou quando uma falha for detectada durante as Inspeções Periódicas e execução das Manutenções Preventivas ou Calibrações. Devem ser executadas conforme orientação dos manuais dos fabricantes dos equipamentos e registradas, sendo posteriormente assinadas pelos responsáveis técnicos (ou por quem estes designarem) dos setores nos quais os equipamentos encontram-se ou são utilizados.

5.19.5. O prazo para início de todas as atividades referentes à execução de corretivas é de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato. Neste período de 15 (quinze) dias, a empresa deverá proceder com as manutenções corretivas consideradas emergenciais. A classificação das manutenções emergenciais será efetuada pelo Gestor e/ou Fiscal Técnico do Contrato.

5.19.6. Os serviços serão executados, mediante uma solicitação de manutenção corretiva, por parte da fiscalização, ou qualquer funcionário devidamente credenciado, através de software de gerenciamento e, em situações especiais, telefone ou e-mail.

5.19.7. Chamados Emergências poderão ser solicitados por telefone, num primeiro momento, com posterior abertura de Ordem de Serviço.

5.19.8. Os chamados de emergência deverão ser atendidos em até 15 (quinze) minutos da efetivação dos mesmos.

5.19.9. Todas as atividades de Manutenção Corretiva deverão ser documentadas, registradas em sistema informatizado (software) específico, informando no mínimo: identificação do equipamento, o defeito apresentado, o diagnóstico do problema, descrição clara das ações tomadas para sua correção, identificação do executor de cada uma das ações, horário de abertura, atendimento e encerramento da ordem de serviço, intervalo início fim de cada atividade e material aplicado

5.20. Acompanhamento de Serviços Terceirizados

5.20.1. A Contratada deverá realizar o acompanhamento de quaisquer atividades executadas por outrem e testes de funcionalidade em todos os equipamentos relacionados no grupo 4 do Anexo I-A – Relação de equipamentos. Existindo a necessidade, a Contratante solicitará à Contratada que realize o primeiro atendimento, mesmo que o **Equipamento**, motivo da solicitação, esteja no período de garantia ou coberto por contrato de manutenção ou comodato, para averiguação da necessidade de acionamento da empresa prestadora do serviço.

5.20.2. Para o caso dos equipamentos disponíveis na instituição em caráter de cessão de uso/comodato, locação ou empréstimo cuja responsabilidade de manutenção preventiva/corretiva e calibração sejam de terceiros, caberá a Contratada o acompanhamento, registro e apoio técnico aos agentes públicos responsáveis pela fiscalização da execução do contrato, bem como o primeiro atendimento aos usuários.

5.20.3. Equipamentos relacionados no Anexo I-A – Relação de equipamentos estarão sujeitos à intervenção preventiva e corretiva direta pela Contratada, ficando facultado à Contratante a formalização de contrato de manutenção com terceiros para equipamentos enquadrados como de alto impacto nas rotinas institucionais e que exigem altas taxas de disponibilidade, ou que sejam equipamentos de alto risco, ou que exijam mão de obra especializada.

5.20.4. Caberá a Contratada acompanhar os seguintes contratos terceirizados firmados em processos licitatórios distintos deste:

5.20.4.1. Manutenção de equipamentos de alta complexidade;

5.20.4.2. Locação de equipamentos médico hospitalares diversos;

5.20.4.3. Comodato de equipamentos médico hospitalares diversos;

5.20.4.4. Outros referentes à Engenharia Clínica.

5.21. **Reuniões**

- 5.21.1. Deverá ser realizada Reunião Quinzenal, com a participação obrigatória do Fiscal da CONTRATANTE, do Preposto da CONTRATADA e RESPONSÁVEL TÉCNICO, podendo a periodicidade desta ser alterada em comum acordo entre as partes.
- 5.21.2. Esta Reunião Periódica deverá ter como pauta o acompanhamento do serviço através dos Indicadores de Desempenho dos IMR, e a tratativa destes e de possíveis pendências, além de outros assuntos pertinentes a gestão do parque de equipamentos médicos.
- 5.21.3. Todas as reuniões deverão ser registradas por meio de Atas assinadas pelos presentes.
- 5.21.4. O Responsável Técnico deverá realizar visitas presenciais ao Hospital Universitário com periodicidade mínima trimestral, ou em caráter extraordinário, sempre que a fiscalização julgar necessário.

5.22. **Desativação**

- 5.22.1. A Contratada deverá executar e documentar todo o processo de descarte, alienação ou desativação dos Equipamentos. Deverá ser gerado laudo de desativação para cada equipamento que necessite ser desativado, com no mínimo as seguintes informações técnicas: dados do equipamento (série, patrimônio, marca, modelo e fotos indicando a avaria), data, motivo e responsável pela indicação da desativação, conforme [Norma Operacional de Gestão de Equipamentos Médico-hospitalares - HU Brasil](#);
- 5.22.2. A decisão para realizar a desativação deverá ser, obrigatoriamente, avaliada e aprovado pelos engenheiros clínicos da contratante.
- 5.22.3. A necessidade de desativação de um equipamento deve possuir uma ou mais das razões descritas a seguir:
- 5.22.4. Obsolescência do equipamento, podendo ser substituído por outro com desempenho superior ou com custo de operação/manutenção menor;
- 5.22.4.1. Alterações nos padrões e normas que exigem tecnologia distinta;
- 5.22.4.2. Fatores de segurança que resultam em aumento do risco para operadores ou pacientes;
- 5.22.4.3. Materiais e peças de reposição pararam de ser fornecidos ou se tornaram indisponíveis no mercado;
- 5.22.4.4. Alterações em exigências de legislações e normas, desde que estas sejam citadas.
- 5.22.4.5. Custo de manutenção corretiva inviável, se comparado ao custo de aquisição de um sistema ou equipamento novo para substituí-lo.
- 5.22.5. Os equipamentos desativados deverão estar separados e devidamente identificados quanto a sua condição e destino. Deverá ser feito o laudo do mesmo, com as informações necessárias para caracterização do fim da vida útil ou impossibilidade de conserto.

5.23. **Da Propriedade Intelectual**

- 5.23.1. No tocante aos aspectos relativos ao direito à propriedade intelectual dos materiais a serem elaborados em conjunto com a Contratante e utilizado na gestão dos equipamentos tais como manuais, POPs, fluxogramas, etc., bem como os dados gerados da utilização do *software* de gestão de equipamentos, não cabe a Contratada seus direitos vistos serem inerentes ao desenvolvimento de suas atividades para o pleno atendimento ao objeto deste contrato.
- 5.23.2. Quando do encerramento da prestação dos serviços estabelecida nesse Termo de Referência, a Contratada deverá disponibilizar e deixar em poder da Contratante, um exemplar atualizado de todos os materiais utilizados na prestação de serviço tanto em meio físico como em meio digital.
- 5.23.3. A Contratada deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com a Contratante.

5.24. **Início da Execução dos Serviços**

- 5.24.1. A execução dos serviços terá início na data de assinatura do contrato, e vigorará por **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogado por períodos subsequentes, conforme determinação legal.
- 5.24.2. As atividades contratuais seguirão a agenda para execução:

- No 1º dia útil da vigência contratual - Reunião inicial e apresentação do preposto e supervisor de manutenção;
- Do 01º ao 15º dia útil da vigência contratual - Apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e contratação de pelo menos 1/3 da equipe residente e início da execução de manutenções corretivas emergenciais;
- Do 01º ao 30º dia útil Cadastramento de Equipamentos Médico-Hospitalares;
- Do 01º ao 30º dia útil Entrega e Instalação das bancadas e todo mobiliário, conforme Anexo;
- Do 01º ao 30º dia útil entrega de todas ferramentas listadas em Materiais básicos e insumos, conforme Anexo;
- Do 01º ao 60º dia útil estruturar as instalações físicas na instituição para desenvolvimento do serviço contratado;
- Do 16º ao 30º dia útil da vigência contratual - Contratação do restante da equipe residente e execução de todas as manutenções corretivas;
- Do: 31º ao 45º dia útil da vigência contratual - início e programação das demais atividades previstas no contrato, como manutenções preventivas e calibrações.

5.24.3. O preposto terá a função de representar a CONTRATADA durante a execução contratual, com poderes para adotar as providências que se fizerem necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais, solucionando eventuais falhas na prestação dos serviços e necessidades de acionamento de pessoal e compra de materiais em casos emergenciais. Ele será o responsável por apresentar as seguintes documentos quando solicitado:

- 5.24.3.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG, CPF, comprovante de endereço e comprovante de registro no Conselho Técnico, quando for o caso;
- 5.24.3.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 5.24.3.3. Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços;
- 5.24.3.4. Recibos que comprovem a entrega de uniformes e EPIs a todos os funcionários da Contratada.
- 5.24.3.5. Apresentar declaração prévia de documentação técnica e treinamento dos profissionais (registro de classe e treinamentos de segurança exigidos pelo Ministério do Trabalho);
- 5.24.3.6. Notificação de aviso prévio aos empregados desligados;
- 5.24.3.7. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados utilizados na prestação dos serviços contratados, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 5.24.3.8. Exames médicos demissionais dos empregados desligados;
- 5.24.3.9. Comprovante de pagamento das verbas rescisórias;
- 5.24.3.10. CTPS dos empregados demitidos;
- 5.24.3.11. Guias de recolhimento rescisório da contribuição previdenciária e do FGTS;
- 5.24.3.12. Extratos de depósitos feitos nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.
- 5.24.3.13. Demais documentos necessárias a correta fiscalização administrativa do contrato.

5.24.4. O serviço de saúde ocupacional e segurança do trabalho (SOST) dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ poderão realizar auditorias periódicas em relação a questões relacionados a saúde e segurança dos trabalhadores alocados no hospital. Desta forma, a contratada deverá manter a documentação que segue abaixo de forma ordenada para que seja encaminhada quando solicitado, visando agilizar o processo de verificação.

TABELA 3 - LISTAGEM DOS DOCUMENTOS QUE PODEM SER SOLICITADOS NA AUDITORIA

DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA vigente
Cronograma anual de treinamento em SSO e comprovantes de realização dos treinamentos previstos
Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT vigente
Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO vigente e relatório anual mais recente
Indicação formal do médico coordenador do PCMSO emitida pela empresa
ASO (Admissional/Periódicos)
Cartão de Vacina atualizado
Registro do SESMT no Sistema Eletrônico do MTE
Ordens de Serviço assinadas, conforme NR-01
Comprovante de participação em treinamento introdutório
Quadros III, IV, V e VI da NR4
Relatório de estatística de acidentes registrados relativos ao ano avaliado
Comunicações de Acidentes do Trabalho – CAT emitidas no ano
Plano de atendimento acidentes do trabalho/trajeto
Inspeções de Segurança do ano vigente e medidas corretivas, preventivas ou de melhoria
Plano anual de Trabalho da CIPA e evidências de implementação das medidas previstas
Atas de Eleição e posse, e calendário de reuniões da CIPA
Cronograma do processo eleitoral
Livro de atas da CIPA
Comprovante de participação dos membros no curso de CIPA
Comprovante de entrega dos certificados aos membros da CIPA
Ficha de Entrega de EPI atualizadas e assinadas
Comprovante de controle de periodicidade de entrega de EPI
Comprovante de treinamento quanto ao uso correto dos EPI
Registros dos profissionais autorizados ao trabalho com energia elétrica
Comprovantes de habilitação, qualificação, capacitação e autorização dos profissionais autorizados ao trabalho com energia elétrica
Procedimentos de trabalho – NR-10
Relação dos autorizados para trabalho em espaço confinado
Certificado de treinamento em espaço confinado
Procedimento operacional para as atividades rotineiras de trabalho em altura
Relação dos autorizados para trabalho em altura
Certificado treinamento de trabalho em altura – NR-35
Relação dos autorizados para realizar serviços a quente/solda
Certificado treinamento de serviços a quente/solda
Comprovante de treinamento - NR-32
Comprovantes de qualificação emitido por entidade externa relativos aos carpinteiros, auxiliares de carpintaria, mecânicos e soldadores.
Programa de Conservação Auditiva - PCA
Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos
Comprovante de capacitação dos instrutores dos treinamentos ministrados

5.25. Em caso de mudança na Legislação Trabalhista, principalmente nas Normas Regulamentadoras, esta lista de documentos poderá ser alterada.

5.26. **Laboratório de manutenção**

5.26.1. A CONTRATANTE disponibilizará, exclusivamente durante a vigência do contrato, um espaço no Local de Prestação do Serviço, para implantação do Laboratório de Manutenção da CONTRATADA;

5.26.2. O Laboratório de Manutenção deverá, durante toda a vigência do contrato, ser aparelhado permanentemente com os seguintes Mobiliários, Equipamentos e Insumos, mínimos:

5.26.3. 04 Bancadas Técnicas, cada uma composta de: Tampo com no mínimo 80 cm de largura e revestido em borracha ou similar, mínimo 02 tomadas de energia 220V, 01 tomada de energia 110V, 01 Prateleira com no mínimo 50 cm de altura em relação ao Tampo, 01 Gaveta, Iluminação da Área de Trabalho e 01 cadeira estofada, com rodízio e ajuste de altura;

5.26.4. 02 Armários para guarda controlada de material técnico (Ferramentas de uso Coletivo, Padrões etc.);

5.26.5. 02 Mesas de escritório com 01 cadeira estofada, com rodízio e ajuste de altura;

5.26.6. Impressora Laser Multifuncional com conexão de rede Wi-Fi, devendo a mesa acompanhar;

5.26.7. 03 Notebook;

5.26.8. 01 Telefone Celular com linha livre para ligações locais e interurbanas;

5.26.9. 04 Tablets com internet;

5.26.10. 01 Armário para guarda de objetos pessoais (Bolsas, Capacetes etc.);

5.26.11. Todo e qualquer Insumo necessário para completa execução do Serviço de Manutenção do Parque de Equipamentos Médicos do HU, tais como: Papel, Tonner de Impressora, Grampeador, Grampo, Clips, Caneta, Copo Descartável, Álcool Gel etc.

5.27. Deverão ser fornecidos apenas Ferramentas, Mobiliários e Equipamentos novos para aparelhagem do Laboratório de Manutenção, sendo vedado o uso de Mobiliários e Equipamentos usados, reconicionados, reciclados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado, com exceção de eventuais casos formalmente autorizados pela CONTRATANTE;

5.28. A CONTRATADA assume a responsabilidade técnica integral pelo gerenciamento do parque tecnológico, devendo assegurar que todos os equipamentos operem com máxima segurança e plena disponibilidade operacional. No âmbito das manutenções e calibrações, compete à empresa garantir que os ensaios de desempenho e segurança atendam rigorosamente às recomendações dos fabricantes e às normas compulsórias da ANVISA, como a RDC 509/2021. Para a efetivação desses serviços, a contratada deve prover todos os meios técnicos necessários para a validação dos parâmetros clínicos, responsabilizando-se pela entrega de certificados e relatórios de conformidade rastreáveis, em conformidade com os requisitos de qualidade exigidos pela fiscalização. Esta obrigação abrange tanto a execução direta quanto a fiscalização técnica de intervenções realizadas por terceiros ou fabricantes em virtude de garantias contratuais, devendo a logística e a disponibilidade dos recursos instrumentais ser geridas pela contratada de forma a assegurar a continuidade do fluxo assistencial, sem que a modalidade de provisão desses recursos resulte em ônus adicionais de infraestrutura ou custos de imobilização para a CONTRATANTE.

5.29. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a instalação e desinstalação dos Mobiliários, Equipamentos e Insumos do Laboratório de Manutenção, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE, e preservando sempre a infraestrutura do espaço disponibilizado.

6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

6.1. Os critérios referentes ao modelo de gestão do contrato para a equipe de fiscalização e para o gestor contratual estão definidos no instrumento contratual.

7. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

7.1. O valor anual previsto para eventual serviço de fornecimento de peças será de R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais), a ser aplicado sob demanda da CONTRATANTE, **não podendo ser alterado**, acrescido dos percentuais de BDI. A contratada poderá alterar somente o BDI.

7.2. Para efetuar o fornecimento dos materiais e peças de reposição, a Contratada deverá observar a seguinte rotina de procedimentos:

7.2.1. A solicitação de peças de reposição deverá ser formalizada na tabela a ser confeccionada pela contratada, e este deverá ser anexado ao chamado no sistema de gerenciamento quando da entrega do material.

7.3. Aquisição de Peças:

- 7.3.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a eventual aquisição de peças para execução de Manutenção, utilizando para isso o valor previsto para peças, conforme pactuado neste Termo de Referência.
- 7.3.1.1. Sobre o conceito de peças subentende-se toda e qualquer peça, componente, acessório e/ou material auxiliar, consumíveis ou não, necessários para reparar um EMH e fazer com que este desempenhe a função para a qual foi concebido.
- 7.3.1.2. Aplicabilidade desse valor será somente para peças, acessórios, consumíveis que por ventura não estejam licitados pelo hospital, ou que por ventura estejam com seu estoque zerado.
- 7.3.1.2.1. Entre as peças subentende-se: placas de circuito impresso, fontes de alimentação, relés, contactoras, resistores, capacitores, transistores, circuitos integrados, válvulas eletrônicas, retificadores, fios e cabos elétricos, parafusos, arruelas, diodos, enrolamentos, teclados, comandos, display, resistências, etc. A lista de peças não é exaustiva.
- 7.3.1.2.2. Dos itens consumíveis compreendem-se: kit manutenção, lâmpadas, filtros, células de oxigênio, pilhas e baterias. A lista de consumíveis não é exaustiva. O objetivo de prever o fornecimento deste material neste TR é de dar agilidade e evitar a paralisação de determinado equipamento pela ausência de consumíveis. A Contratante poderá, excepcionalmente, solicitar a compra de uma quantidade de consumível necessário para o funcionamento do equipamento até que o setor responsável do hospital consiga manter o estoque.
- 7.3.1.2.3. Dos itens acessórios, o fornecimento deverá ser realizado para os seguintes equipamentos: Bisturis Elétricos (Placa de retorno, e Cabos), Monitor Multiparamétrico (Cabos de Paciente para monitorização de pressão não invasiva, ECG, SpO₂ e temperatura), Eletrocardiógrafos (Cabos de Paciente, Eletrodos e Clips), Oxímetro (Sensor de SpO₂), Ventilador Pulmonar (Membranas, circuitos, válvulas), Sistema Ergométricos (Cabos de ECG), Aparelhos de Pressão e Estetoscópios (Olivas, Diafragmas, Tubo Y, Haste metal, Braçadeiras, Perras, Válvulas e Pedestal). O objetivo de prever o fornecimento deste material neste Projeto é de dar agilidade e evitar a paralisação de determinado equipamento pela ausência de acessórios. A lista de acessórios não é exaustiva.
- 7.3.2. Ao identificar a necessidade de peças/materiais, em primeiro lugar, a CONTRATADA deverá verificar junto a CONTRATANTE a existência de tais itens no almoxarifado da instituição.
- 7.3.3. A solicitação de peças deverá ser devidamente formalizada pela CONTRATADA, preenchendo uma tabela que será disponibilizada para a equipe de Gestão do Contrato, especificando o fato que gerou a necessidade da aquisição, número do chamado, características técnicas e quantidades.
- 7.3.3.1. A CONTRATADA deverá realizar pesquisa de preços para aquisição de peças conforme os parâmetros descritos no art. 128 do RCC 3.0, e, sucessivamente, mediante a apresentação de 03 (três) orçamentos de fornecedores distintos, ou justificativa para a obtenção de um ou dois orçamentos, ou, ainda, atestado de exclusividade, quando se tratar de fornecedor exclusivo. O orçamento deve conter todos os encargos e custos (incluindo transporte) para que a peça seja aplicada. O orçamento deve ser apresentado à CONTRATANTE pela CONTRATADA em até 72 horas. Caso não seja possível, deve-se formalizar justificativa para avaliação pelo fiscal do contrato.
- 7.3.4. As negociações de condições de prazo estendido para pagamento das peças e acessórios jamais poderão ser utilizados como justificativa de atraso na entrega de orçamentos para aprovação. Devendo o custo de capital estar previsto nas custas de BDI.
- 7.3.5. A CONTRATANTE poderá realizar orçamento complementar para verificação do preço orçado pela CONTRATADA.
- 7.3.6. A CONTRATANTE deverá aprovar formalmente a aquisição das peças referente aos orçamentos apresentados, por meio de e-mail contendo resposta sobre a aprovação do orçamento apresentado.
- 7.3.7. A CONTRATANTE poderá, por avaliação própria, solicitar a apresentação de orçamentos para itens necessários para o funcionamento do equipamento.
- 7.3.8. Deverão ser Aplicadas e/ou Antecipadas apenas Peças/Acessórios Novas, sendo vedado o uso de Peças/Acessórios reconcondicionadas, recicladas, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado, com exceção de eventuais casos formalmente autorizados pela CONTRATANTE;
- 7.3.9. As peças deverão ser entregues diretamente à CONTRATANTE, juntamente com cópia da nota fiscal de compra.
- 7.3.10. Deverão ser fornecidas e instaladas apenas peças novas, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de peças reconcondicionadas, recicladas, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado.
- 7.3.11. Para as peças/materiais de reposição/acessórios fornecidos pela CONTRATADA, o Fiscal do Contrato poderá solicitar que a CONTRATADA comunique à CONTRATANTE, em data anterior a execução, o agendamento da substituição do produto.
- 7.3.12. O Fiscal do Contrato ou pessoa indicada por ele poderá acompanhar a substituição do produto para certificar-se da substituição do produto e a perfeita execução dos serviços.
- 7.3.13. No caso da solicitação de aquisição de produto de um fornecedor exclusivo, a CONTRATADA deverá comprovar a exclusividade, onde esta comprovação deverá ser submetida à aprovação pelo Fiscal do Contrato.
- 7.3.14. No caso de qualquer dúvida sobre a compatibilidade das peças e partes a serem utilizadas, a contratante deve solicitar avaliação dos Engenheiros Clínicos da instituição.

- 7.3.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar as peças, componentes e materiais substituídos.
- 7.3.16. A CONTRATANTE se reserva o direito de adquirir peças/materiais de outros fornecedores, desde que adequadas e compatíveis para/com os equipamentos.
- 7.3.17. Ao final do mês deverão ser compiladas as Notas Fiscais dos valores aprovados e aplicados no mês corrente.
- 7.3.18. Todos os materiais fornecidos pela Contratada, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.
- 7.4. O Fiscal do Contrato deverá ser comunicado pela Contratada quando da substituição de peças e poderá acompanhar a substituição para certificar-se da originalidade e da genuinidade dos componentes, além da perfeita execução dos serviços.
- 7.5. A Contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos.
- 7.6. O faturamento/pagamento dos serviços eventuais e do fornecimento de materiais deverá ser mensal, ocorrendo no mesmo período da prestação da mão de obra regular, faturados em notas fiscais distintas, conforme a natureza da despesa (serviço ou material).
- 7.7. A Contratada é responsável pela destinação e descarte de peças ou equipamentos que forem substituídos, desde que não sejam itens com tombamento (patrimônio), obedecendo às normas e legislações ambientais vigentes, o qual ocorrerá por solicitação da Fiscalização e mediante autorização expressa desta.
- 7.7.1. Para bens inventariados, a embalagem, deslocamentos horizontais e verticais e transporte, ficam a cargo da Contratada, porém o desfazimento será de responsabilidade da Contratante.
- 7.8. As eventuais peças a serem adquiridas deverão estar alinhadas com o objeto deste Termo de Referência, não havendo possibilidade de sua utilização para outros fins.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. A demanda dos serviços a serem contratados tem como a base as seguintes características:
- 8.1.1. Relação de equipamentos previstas no Anexo I-A – Relação de Equipamentos dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ;
- 8.2. Os profissionais contratados deverão possuir as características, atribuições e comprovações da prestação de serviços, conforme descrito nos próximos itens.
- 8.3. **Equipe Residente:**
- 8.3.1. Cargo: Supervisor de Manutenção Pleno
- 8.3.1.1. CBO 9101-30
- 8.3.1.2. Quantidade: 01 (um).
- 8.3.1.3. Regime de Trabalho: 40 horas.
- 8.3.1.4. Qualificação: Profissional, com curso reconhecido pelo MEC, com nível médio, nas áreas de biomédica, automação, elétrica ou eletrônica. Comprovação de Registro vigente no Conselho Federal dos Técnicos (CFT). O profissional deverá pertencer ao quadro funcional ou societário da empresa Contratada.
- 8.3.1.5. Perfil Profissional: Ter experiência compatível com cargo Pleno na área de Manutenção equipamentos médico hospitalares.
- 8.3.2. Atribuições para os cargo de Supervisor:
- 8.3.2.1. Coordenar a manutenção dos Equipamentos relacionados no Anexo I-A – Relação de Equipamentos dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam os serviços, para assegurar o cumprimento dos cronogramas e dos padrões de qualidade e segurança recomendados, supervisionado pelo Fiscal do Contrato ou responsável pelo Setor de Engenharia Clínica;
- 8.3.2.2. Atuar como coordenador e supervisor direto dos demais técnicos designados pela Contratada;
- 8.3.2.3. Apoiar no desenvolvimento dos serviços técnicos, atuando diretamente na execução dos mesmos quando necessário;

- 8.3.2.4. Apoiar as tarefas de carácter técnico, relativas ao planeamento, avaliação e controle da manutenção dos Sistemas e Equipamentos Hospitalares;
- 8.3.2.5. Manter permanente contato com a fiscalização da Contratante, visando otimização de metas e objetivos;
- 8.3.2.6. Proceder à avaliação geral das condições requeridas para a manutenção, estudando os projetos e examinando as características dos equipamentos, para determinar o melhor plano de trabalho;
- 8.3.2.7. Apoiar e elaborar planeamento de manutenção e especificações, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão de obra necessária e efetuar estimativas de custos para apreciação e aprovação da Contratante;
- 8.3.2.8. Preparar programa de trabalho, elaborando cronogramas e fiscalização do desenvolvimento dos serviços;
- 8.3.2.9. Participar de reuniões de alinhamento estratégico com o Chefe do Setor de Engenharia Clínica ou demais setores e unidades dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ, sempre que necessário.
- 8.3.2.10. Levantamento, cotação e execução de especificações e projetos básicos de materiais, equipamentos e serviços de terceiros.
- 8.3.2.11. Seguir e instruir a equipe a utilizar os modelos de trabalho instituídos por POPs institucionais.
- 8.3.3. Cargo: Técnico em manutenção de equipamentos e instrumentos médico-hospitalares / Técnico em Eletrônica
 - 8.3.3.1. Código CBO 9153-05
 - 8.3.3.2. Quantidade: 4 (quatro).
 - 8.3.3.3. Regime de trabalho: 40 horas.
 - 8.3.3.4. Qualificação: Formação em curso Técnico em Eletrônica, Eletrotécnica, Mecatrônica, Automação ou Equipamentos Biomédicos, regularmente reconhecido pelo MEC. Comprovação de Registro vigente no Conselho Federal dos Técnicos (CFT).
 - 8.3.3.5. Perfil Profissional: Ter experiência na área de manutenção de equipamentos médico hospitalares com comprovação na CTPS. Ter conhecimento básico de informática.
- 8.3.4. Atribuições da Equipe de Manutenção de Equipamentos médico hospitalares:
 - 8.3.4.1. Auxiliar os Supervisores de Manutenção em suas atribuições.
 - 8.3.4.2. Executar os serviços de manutenção, testes elétricos, calibração e qualificação dos Sistemas e Equipamentos médico hospitalares, sob orientação e supervisão do Supervisor de Manutenção.;
 - 8.3.4.3. Realizar checklist diário das atividades realizadas, registrando e comunicando ao Supervisor quaisquer inconformidades e/ou irregularidades detectadas;
 - 8.3.4.4. Efetuar ações de prevenção de acidentes de trabalho, bem como situações que possam colocar em risco a segurança da edificação e de seus ocupantes;
 - 8.3.4.5. Garantir o cumprimento das normas regulamentadoras (NRs) e da utilização de EPIs;
 - 8.3.4.6. Efetuar levantamento de dados (equipamentos, infraestrutura, acessórios, etc.) de natureza técnica;
 - 8.3.4.7. Efetuar a organização de arquivos técnicos, inclusive eletrônicos;
 - 8.3.4.8. Identificar e cadastrar Equipamentos;
 - 8.3.4.9. Executar trabalhos repetitivos de mensuração e controle de qualidade;
 - 8.3.4.10. Executar os serviços gerais de baixa e média complexidade, sob orientação e supervisão do Encarregado;
 - 8.3.4.11. Manter o ambiente de trabalho livre de entulho, recolhendo as obras de materiais, equipamentos e ferramentas;
 - 8.3.4.12. Executar todos os serviços em plena segurança e obediência às determinações superiores, comunicando aos superiores o término das tarefas;

- 8.3.4.13. Realizar transportes intersetoriais de equipamentos e registrar suas movimentações;
 - 8.3.4.14. Realizar testes de verificação funcional nos equipamentos;
 - 8.3.4.15. Realizar inspeções e rondas diárias para controle de equipamentos;
 - 8.3.4.16. Levantar dados e medições relacionadas aos equipamentos sob a orientação dos supervisores;
 - 8.3.4.17. Desempenhar outras atividades inerentes à função, incluindo alimentação rotineira da base de dados do software de gestão;
 - 8.3.4.18. Preservar o ambiente, os equipamentos e ferramentas, manter a limpeza e organização das oficinas, máquinas, ferramentas e depósito de materiais
- 8.3.5. Para fins de elaboração da Proposta de Preços e disputa no certame, a licitante deverá considerar em sua planilha de custos a capacidade máxima de postos de trabalho da equipe residente prevista para os primeiros 24 meses (equivalente à 4ª Fase de abertura, totalizando 05 postos).
- 8.3.6. Ressalta-se que o faturamento mensal, a emissão de empenho e a efetiva mobilização da equipe obedecerão estritamente ao escalonamento das Fases determinado pela Fiscalização do contrato, pagando-se exclusivamente pelos postos de trabalho ativados naquele mês de competência, não cabendo à contratada qualquer alegação de desequilíbrio econômico-financeiro por ociosidade na fase inicial de implantação.
- 8.4. Para a prestação de serviço, a licitante deverá manter um preposto sempre à disposição da equipe de gestão:
- 8.4.1. A Contratada deverá manter preposto sempre à disposição da equipe de gestão para representá-la administrativamente e tecnicamente. O preposto deverá ser indicado mediante declaração, entregue pela Contratada à Contratante, em que deverá constar o nome completo, CPF e documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional bem como telefone de contato e e-mail do mesmo.
- 8.4.1.1. Qualificação: Formação em Engenharia com Registro Profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, e ser detentor de CAT - Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA que comprove a experiência deste na Prestação de Serviço com as seguintes características mínimas: Engenharia Clínica, com Gestão de Manutenção Corretiva e Preventiva, com Calibração e Teste de Segurança Elétrica, em Parque de EMH. Fica facultado à Contratada que as funções de Preposto e Responsável Técnico sejam realizadas por um único profissional, ou designar profissionais distintos.
- 8.4.1.2. A formação técnica exigida do Preposto e a possibilidade de aglutinar a função de Responsável Técnico do Contrato na figura do mesmo Engenheiro justifica-se pela busca da máxima eficiência, celeridade e economicidade. Por se tratar de prestação de serviço estritamente técnico de Engenharia Clínica, as demandas operacionais, administrativas e legais (típicas do preposto) estão intrinsecamente ligadas à capacidade de avaliação técnica de falhas e calibrações de equipamentos. A cumulação facultativa garante que a interlocução junto à Fiscalização do Hospital seja feita por um profissional com plena capacidade técnica para resolver os problemas com celeridade e assertividade.
- 8.4.2. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Contratante, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o contrato, para tratar dos assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência.
- 8.4.3. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.
- 8.4.4. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 8.4.5. O preposto deverá manter contato com o(s) fiscal(is) do contrato, com o objetivo de sanar qualquer demanda da área de administração de pessoal e de fornecimento de material.
- 8.4.6. O profissional designado como preposto deverá demonstrar capacidade gerencial e de atendimento ao público, além de conhecimento em gestão de pessoas e informática, de forma a responder administrativamente pela equipe disponibilizada pela Contratada e representar a empresa perante a Fiscalização.
- 8.4.7. O Supervisor de Manutenção Pleno não poderá realizar as atividades do preposto.
- 8.4.8. O preposto não poderá ser ocupante de posto da equipe residente indicada na Tabela 2 – Quantitativo Mínimo de Profissionais deste termo de Referência.
- 8.4.9. Atribuições do preposto:
- 8.4.9.1. Tratar todos os servidores públicos e empregados públicos da Contratante, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção;
 - 8.4.9.2. Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste termo, durante o período em que estiver prestando os serviços;
 - 8.4.9.3. Planejar e organizar os serviços, com a Contratante, objetivando obter maior eficiência e o melhor atendimento das demandas;

- 8.4.9.4. Receber os documentos relativos ao contrato, emitidos pela Contratante;
- 8.4.9.5. Responder às demandas da Contratante relativas ao contrato;
- 8.4.9.6. Entregar as faturas mensais, com as guias de recolhimento e respectivos comprovantes, assim como outros documentos e relatórios solicitados;
- 8.4.10. Esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.
- 8.4.11. Encaminhar à unidade fiscalizadora as faturas dos serviços prestados;
- 8.4.11.1. Realizar o controle da jornada de trabalho dos ocupantes dos postos de trabalho com objetivo de cumprir o contrato;
- 8.4.11.2. Apresentar à fiscalização, mensalmente, planilha ou mapa de frequência do pessoal no prazo de até 10 (dez) dias do mês subsequente ao trabalhado;
- 8.4.11.3. Entregar crachás, vales (refeição, alimentação, transporte), comprovante de rendimentos e outros documentos a cada empregado;
- 8.4.11.4. Instruir e cuidar para que os empregados da Contratada mantenham a ordem, a disciplina e o respeito com usuários, colaboradores e funcionários do hospital Contratante;
- 8.4.11.5. Gerenciar, planejar e controlar a lista de materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos da Contratada de forma que os serviços não sofram descontinuidade;
- 8.4.11.6. Manter materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos adequados à execução os serviços. Caso não adequados, promover substituição;
- 8.4.11.7. Fornecer aos empregados constantes instruções, visando o conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades, inclusive quanto às normas de conduta e segurança;
- 8.4.11.8. Não permitir que os empregados tratem de assuntos pessoais durante expediente, assim como de assuntos pessoais ou de trabalho com pessoas não relacionadas à área afim;
- 8.4.11.9. Solucionar reivindicações apresentadas pelos profissionais, no que se refere à melhoria e à qualidade dos serviços, procurando, sempre, dar o devido retorno aos pleitos formulados;
 - 8.4.11.9.1. Nos casos em que as reivindicações extrapolem sua competência, repassá-las ao gestor do contrato e à área competente;
- 8.4.11.10. Evitar atrito ou confronto, de qualquer natureza, entre os profissionais e servidores, docentes, autoridades ou visitantes, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações com o gestor e/ou setor competente;
- 8.4.11.11. Cumprir e fazer cumprir, rigorosamente, os horários e escalas de serviço;
- 8.4.11.12. Solucionar junto à Contratada os problemas de faltas por força de férias, dispensas médicas, entre outros;
- 8.4.11.13. Não permitir que os empregados abandonem seus postos sem motivo justificado;
- 8.4.11.14. Receber, ouvir e dar solução às reivindicações apresentadas pelos empregados da Contratada, procurando sempre lhes dar o devido retorno quanto aos pleitos formulados.
- 8.4.11.15. Zelar pelo cumprimento das normas previstas no contrato e Termo de Referência;
- 8.4.11.16. Manter os funcionários, quando em serviço, em condições de higiene pessoal, trajando uniforme, portando crachá de identificação com os dados do empregado e foto recente e com Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados;
- 8.4.11.17. Aplicar as advertências necessárias, e mesmo promover a substituição, dos empregados da Contratada que não atenderem às recomendações, cometerem atos de insubordinação ou indisciplina, desrespeitarem seus superiores, não acatarem as ordens recebidas, não cumprirem com suas obrigações ou praticarem qualquer outro tipo de ação grave, que venha a depor contra a Contratada ou o Contratante;
- 8.4.11.18. Fazer o controle de ponto dos funcionários através de sistema de Ponto Eletrônico, atendendo [Portaria n.º 671/MTP, de 8 de novembro de 2021](#), para registro da entrada e saída dos funcionários, conforme recomenda a Súmula 338/TST, com registro mensal impresso e em formato digital disponibilizado ao Fiscal, devendo ser fornecido todo o sistema necessário para o registro e armazenamento das informações e login de gestor para fiscal do contrato;
- 8.4.11.19. Acatar as orientações do gestor do contrato e da Unidade de Contratos, inclusive naquilo que diz respeito ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e de Medicina do Trabalho;
- 8.4.11.20. Relatar ao gestor do contrato, de forma imediata, toda e qualquer irregularidade observada nos locais onde os serviços estão sendo prestados;

- 8.4.11.21. Manter sigilo sobre documentos elaborados e assuntos tratados;
 - 8.4.11.22. Ter conhecimento de suas atribuições e dos funcionários da Contratada, de acordo com as orientações da fiscalização da Contratante;
 - 8.4.11.23. Certificar-se de que os empregados da Contratada não estejam executando tarefas em desacordo com seu posto de trabalho;
 - 8.4.11.24. Adotar as providências necessárias para que o serviço transcorra dentro da normalidade, obedecidas às normas regulamentares e os padrões de conduta;
 - 8.4.11.25. Informar-se das possíveis ocorrências nos horários não cobertos pela fiscalização;
 - 8.4.11.26. Orientar os profissionais quanto aos procedimentos de segurança e emergências em casos de sinistros diversos, tais como incêndio, acidentes e outros, em conformidade com as orientações e normas da Contratante;
 - 8.4.11.27. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial nas dependências dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ e imediações, pelos profissionais contratados.
 - 8.4.11.28. Executar outras atribuições e atividades afins que lhe forem determinadas.
- 8.5. Além da equipe técnica presencial dimensionada pela Contratada, poderá ser previsto ainda equipe técnica de retaguarda (não necessariamente presencial em 100% do tempo), de apoio para todos os assuntos pertinentes a este Contrato, incluindo profissional de Segurança do Trabalho. Este eventual custo de pessoal deverá ser considerado como Despesa Administrativa da empresa, não gerando ônus adicional para a Contratante.
- 8.6. Qualquer integrante da equipe que não seja fixo contratual (preposto, engenheiro/técnico em segurança do trabalho, comprador, etc.) não importarão em ônus adicional aos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ.
- 8.6.1. Estes custos devem ser estabelecidos no percentual de Despesas Administrativas/Operacionais, e alocados nos custos indiretos, módulo 6 Custos Indiretos, Tributos e Lucro.
- 8.7. A licitante deverá apresentar devidamente preenchidas a Planilha de Custos e Formação de Preços e a Planilha de Preços Consolidada, devendo apresentar, juntamente com a proposta:
- 8.7.1. Planilha de Custos e Formação de Preços de Mão de Obra.
 - 8.7.2. Quadro-Resumo do Valor Global.
 - 8.7.3. Planilha de Composição dos BDIs.
 - 8.7.3.1. O ANEXO I-C - Planilha de Composição do BDI deste Termo de Referência traz o modelo de composição de BDI, devendo sua composição atender ao disposto no modelo de gestão de contrato.
 - 8.7.4. As planilhas citadas deverão ser enviadas em formato Excel conforme Anexo II.
- 8.8. As alíquotas dos tributos devem ser devidamente ajustados aos valores incidentes sobre a empresa interessada;
- 8.8.1. As licitantes tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, deverão cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições. Para comprovação poderá ser exigido o documento de Escrituração Fiscal Digital de Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.
 - 8.8.2. A cada prorrogação contratual, a contratada deverá comprovar regime de incidência do PIS e COFINS, para as devidas adequações na planilha de custos e formação de preços.
- 8.9. Os licitantes deverão observar que, conforme o art. 9º, inciso II, do Decreto n.º 7.983, de 2013 (TCU, Súmula n.º 254), o IRPJ e a CSLL não poderão ser incluídos na Planilha de Custos e Formação de Preços, devendo tais tributos serem suportados pela margem de lucro apresentada. Propostas que apresentarem margem de lucro manifestamente insuficiente para a cobertura dos encargos tributários do regime jurídico da licitante estarão sujeitas à comprovação de exequibilidade.
- 8.10. Os benefícios trabalhistas devem ser considerados, e devidamente preenchidos, conforme estabelecida na Convenção Coletiva de Trabalho.
- 8.10.1. Há custos variáveis na planilha, como o vale alimentação e o vale transporte.
 - 8.10.2. Para fins de pagamento, considerar-se-á os dias constantes do mês de referência.

- 8.10.3. Mensalmente, a CONTRATADA deverá encaminhar a lista de não optantes de vale transporte, e os valores relativos a este(s) posto (s) de trabalho, quando da medição deverá ser extirpado da planilha de formação de preço, conforme lista encaminhada.
- 8.11. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 8.12. O ferramental planejado no anexo I-C deverá ser entregue nas instalações da contratante nos em no máximo 30 dias após o início das atividades.
- 8.13. Todos os licitantes deverão zelar, no item remuneração da planilha de composição de custos e formação de preços, as alíquotas relativas ao adicional de periculosidade e ao adicional de insalubridade, ficando o pagamento dessas verbas condicionado à realização, pela empresa contratada, de perícia a ser confeccionada por profissional competente (médico ou engenheiro do trabalho), atestando o grau de insalubridade (máximo, médio ou mínimo), bem como se a atividade apontada como insalubre consta na relação da NR-15 do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 192 da CLT e NR-15, aprovada pela Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego ou se a atividade está sujeita ao adicional de periculosidade, nos termos da NR-16.
- 8.14. Vale destacar que, entre as obrigações da empresa a ser contratada, deverão ser elaborados LAUDOS DE INSPEÇÃO que constem a exposição ou não à insalubridade ou à periculosidade, conforme NR 15 e NR 16, no primeiro mês da contratação.
- 8.15. O laudo deverá ser emitido nos parâmetros previstos na legislação vigente:
- 8.15.1. Dois são os requisitos para que seja garantido o direito ao adicional de insalubridade: a definição e classificação da insalubridade pelo Ministério do Trabalho e a perícia realizada por médico ou engenheiro do trabalho, devidamente registrado no Ministério do Trabalho.
- 8.15.2. A perícia mencionada no item 8.13 deverá ser realizada pela CONTRATADA, com emissão de laudo por profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho, atestando o grau de insalubridade (máximo, médio ou mínimo), quando for o caso, bem como se a atividade apontada como insalubre consta na relação da NR-15 do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 192 da CLT e NR-15, aprovada pela Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ficando o pagamento do adicional de insalubridade condicionado à realização da referida perícia;
- 8.15.3. Deverá ser encaminhado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o início da execução do contrato, resultado de perícia atestando o grau de insalubridade (máximo, médio ou mínimo), bem como se a atividade apontada como insalubre consta na relação da NR-15 do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 192 da CLT e NR-15, aprovada pela Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego ou se a atividade está sujeita ao adicional de periculosidade, nos termos da NR-16 à equipe de fiscalização do contrato;
- 8.15.4. O pagamento adicional de insalubridade ou periculosidade, após a emissão do respectivo laudo, cuja aprovação está condicionada à análise e validação do Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalhador - SOST do hospital.
- 8.15.5. Caso exista Convenção Coletiva que fixe atividade e percentual de insalubridade/periculosidade em descompasso com as normas do Ministério do Trabalho e com o laudo pericial, a CCT deverá ser aplicada, desde que traga condição mais benéfica ao trabalhador e não contenha obrigações e direitos que somente se apliquem aos contratos com a administração pública;
- 8.15.6. O adicional de insalubridade deverá incidir sobre o salário mínimo vigente em âmbito nacional. O piso salarial da categoria estabelecido por convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa somente poderá ser adotado como base de cálculo se o instrumento coletivo dispuser, expressamente, sobre tal direito.
- 8.15.7. Constatada a incidência do adicional de insalubridade/periculosidade, a empresa fica obrigada a pagá-lo a todos os empregados envolvidos na prestação dos serviços desde o início de sua execução.
- 8.15.8. O Laudo deverá ser validado do SOST, para aprovação do pagamento.
- 8.16. A administração pública não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:
- I - pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa contratada;
 - II - matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários; e
 - III - preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade
- 8.17. A respeito da base salarial dos profissionais:
- 8.17.1. O salário base de cada profissional da contratada, vinculado ao objeto deste Termo de Referência, não poderá ser inferior:
- 8.17.1.1. ao salário estipulado pela Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria - CCT, caso se aplique;

- 8.17.1.2. ao salário base previsto na planilha de custos e formação de preços de mão de obra apresentado na proposta do licitante, que foi aceita após a fase de lances do processo licitatório.
- 8.17.1.3. ao salário base mínimo apurado na pesquisa de mercado e exposto no item 8.18, documentada no processo de Pesquisa de Preços nº 23477.028320/2025-90.
- 8.18. Para estimativa dos preços referenciais, em relação, aos postos de trabalho foram utilizados os salários bases provenientes da tabela nacional de referência site do Salarios.br

POSTO DE TRABALHO	REFERÊNCIA
Supervisor de Manutenção Pleno	https://salariobr.com
Técnico em Eletrônica	

- 8.18.1. **Supervisor de manutenção Pleno, Catalão:** R\$ 7.825,02 (Sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais e dois centavos);
- 8.18.2. **Supervisor de manutenção Pleno, Divinópolis:** R\$ 7.587,50 (Sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos);
- 8.18.3. **Técnico em manutenção de equipamentos e instrumentos médico hospitalares Pleno, Catalão:** R\$ 4.240,34 (Quatro mil, duzentos e quarenta reais e trinta e quatro centavos.);
- 8.18.4. **Técnico em manutenção de equipamentos e instrumentos médico hospitalares Pleno, Divinópolis:** R\$ 4.556,19 (Quatro mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e dezenove centavos);
- 8.19. A estipulação de um salário adequado com as qualificações exigidas para este contrato integrado de serviços de engenharia clínica é necessária pois a execução de serviços de manutenção de equipamentos eletromédicos é altamente técnica e especializada, onde deve-se evitar a rotatividade (turnover) de mão obra para que a manutenção e os diversos sistemas hospitalar não sejam prejudicados, afetando assim também os serviços prestados pelos HU's. Assim evita-se a descontinuidade na prestação dos serviços por rotatividade com um contrato com piso mínimo salarial. Pois é natural que as empresas contratadas tendam a buscar a maximização de seus ganhos na redução da remuneração da mão de obra por se tratar de valor relevante no contrato. Assim contrata-se empregados menos capacitados e que impactam diretamente a qualidade dos serviços, sua eficiência, eficácia e segurança.
- 8.20. Este também é o entendimento do TCU em jurisprudência “admite, em casos excepcionais, a fixação de salários acima do piso da categoria na contratação de serviços”, porém condiciona tal ação aos seguintes requisitos: (a) “estudos e pesquisas de mercado que considerem objetivamente a complexidade das atividades e as aptidões necessárias para seus exercícios”; e (b) “a realização de pesquisas de preços, demonstrando que os preços são compatíveis com aqueles pagos para serviços com tarefas de complexidade similar, abstendo-se de tomar como referência apenas os preços praticados em contratos anteriores da própria Agência”. Ainda, segundo o Acórdão nº 2.758/2018, do Plenário, “é preciso consignar, com clareza, as atividades que seriam, efetivamente, mais complexas do que aquelas comumente oferecidas pelo mercado, a fim de justificar a elevação dos salários paradigma para a contratação”. (Grifo meu) (TCU, Acórdão nº 2.101/2020, do Plenário, Rel. Min. Augusto Nardes, j. em 12.08.2020.)
- 8.21. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.22. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na planilha de custos e formação de preços não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a Contratada alterar a composição de seus preços unitários. No caso da ocorrência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes, não será declarada a desclassificação antecipada das respectivas propostas. Neste caso, serão realizadas diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Caberá à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada.
- 8.23. O contrato em questão prevê uma verba mensal no valor de **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, TOTALIZANDO **R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais)** em 24 meses, excluídos o BDI, para o fornecimento de materiais (peças, consumíveis e acessórios) para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como para a execução de serviços eventuais de maior especificidade. Dada à natureza dos serviços objeto deste contrato, que inclui a manutenção preventiva e corretiva de uma grande diversidade de equipamentos, de distinto grau de complexidade, risco, impacto, categoria e fabricante, faz-se necessário uma amplitude de conhecimentos técnicos e a aplicação de peças de diversas naturezas, cujo detalhamento seria de difícil precisão, motivo do não detalhamento de materiais.
- 8.23.1. Deverá ser informado a composição para o BDI de aquisição de material e a composição para o BDI para contratação de serviços.
- 8.24. Será adotado o regime de sobreaviso para a equipe técnica. A estipulação e exigência destas horas de sobreaviso justificam-se pelas peculiaridades inerentes à fase de inauguração e ativação operacional dos hospitais. Por se tratarem de unidades complexas recém-estruturadas, não há uma série histórica consolidada de chamados que permita prever o comportamento exato do parque tecnológico. Esse cenário inaugural é caracterizado por alta imprevisibilidade. Durante o início da operação, é esperada a ocorrência de instabilidades técnicas típicas de implantação, bem como uma maior demanda por suporte imediato à equipe assistencial, que se encontra em fase de familiarização com as novas tecnologias adquiridas. Apesar de o volume inicial de manutenções corretivas ser menor, a criticidade do ambiente hospitalar se mantém extrema. O parque conta com equipamentos complexos de diagnóstico e suporte à vida, de modo que qualquer intercorrência técnica ou dúvida operacional fora do horário de expediente regular pode paralisar um serviço essencial e colocar em risco a segurança dos pacientes. Além disso, o sobreaviso garante a presença de um profissional apto a realizar o diagnóstico primário de imediato e acionar as garantias de fábrica sem atrasos. A adoção de soluções alternativas, como chamados avulsos no mercado, mostra-se inadequada para este contexto de incerteza, pois não garante o conhecimento prévio da nova estrutura do hospital e o tempo de resposta imediato que o início seguro da operação exige.
- 8.24.1. Para o cálculo de Sobreaviso na planilha de formação de custos do licitante, foi considerado um total de 548,48 horas, considerando que temos:

- 8.24.1.1. Dias (Segunda a Sexta) x 16:00 hs = 80 horas II - 1 Sábado x 24:00 hs = 24 horas
- 8.24.1.2. Domingo x 24:00 = 24 horas
- 8.24.1.3. Considerando que o mês possui 4,285 semanas (30 dias ÷ 7 dias)
- 8.24.1.4. Total de horas de sobre aviso na semana = 128 horas Total de horas de sobre aviso no mês = 128 x 4,285 = 548,48 horas

8.25. Para o cálculo de Adicional de hora extra na planilha de formação de custos do licitante, foi considerado um total de 20 horas mensais, tratando-se de mera estimativa. A realização de horas extras somente ocorrerá em casos excepcionais e de comprovada necessidade, sendo que seu pagamento, bem como a possibilidade de compensação de horários, deverá observar rigorosamente as regras previstas na CLT, na Convenção Coletiva da Categoria (CCT) e no subitem 2.6, alínea 'd.1.3', do Anexo V da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 05/2017, vedando-se a realização de horas extras não estimadas originariamente neste Termo de Referência.

9. DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS (SOFTWARE)

- 9.1. A gestão deverá, obrigatoriamente, ser executada com o auxílio de ferramenta de *software*, plataforma WEB, disponibilizada pela rede HU Brasil, sendo toda a base de dados será de propriedade da Contratante.
- 9.2. Os técnicos da Contratada deverão estar qualificados para operação e inserção de todos os dados e informações no sistema. A Contratada em conjunto com a Contratante, deverá prover treinamento e suporte para operação do sistema pela Contratante.

10. DOS SERVIÇOS EVENTUAIS

- 10.1. Devido à natureza do objeto deste Termo de Referência, que inclui a manutenção de uma vasta gama de Equipamentos Médico Hospitalares, de distintas marcas e modelos, e diversos graus de complexidade, far-se-ia necessário a especificação de uma lista infinita de peças e serviços para atender totalmente a demanda de manutenções da instituição, inviabilizando desta forma a especificação desta lista, motivo este pelo qual foi previsto um valor mensal para eventual aquisição de peças e subcontratação de serviços especializados.
- 10.2. O valor anual previsto para eventual subcontratação de serviços especializados será de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), a ser aplicado sob demanda da CONTRATANTE, **não podendo ser alterado**, acrescido dos percentuais de BDI. A contratada poderá alterar somente o BDI.
- 10.3. A CONTRATADA deverá realizar pesquisa de preços para a subcontratação de serviços especializados conforme os parâmetros descritos no art. 128 do RCC 3.0, e, sucessivamente, mediante a apresentação de 03 (três) orçamentos de fornecedores distintos, ou justificativa para a obtenção de um ou dois orçamentos, ou, ainda, atestado de exclusividade, quando se tratar de fornecedor exclusivo. O orçamento deve conter todos os encargos para que o serviço subcontratado seja executado.
- 10.4. A solicitação de subcontratação de serviço deverá ser devidamente formalizada pela CONTRATADA, preenchendo uma tabela que será disponibilizada para a equipe de Gestão do Contrato para análise e possível aprovação, onde deverá conter informações/justificativas sobre a necessidade da contratação, uso pretendido, número do chamado, características técnicas, quantidade e descrição do serviço a ser executado.
- 10.5. Para o caso de equipamentos únicos e/ou críticos para a instituição (de pequeno e médio porte), será permitido aluguel de equipamento e/ou parte deste, no caso de manutenção corretiva em que tal objeto ficará fora de uso por tempo que possa causar prejuízo aos atendimentos prestados, sob solicitação da equipe de fiscalização, em casos de extrema urgência.
- 10.6. A CONTRATANTE poderá realizar orçamento complementar para verificação do preço orçado pela CONTRATADA.
- 10.7. Para a realização do serviço, a CONTRATANTE deverá aprovar um dos orçamentos apresentados.
- 10.8. As negociações de condições de prazo estendido para pagamento dos serviços subcontratados jamais poderão ser utilizados como justificativa no atraso da apresentação dos orçamentos para aprovação, devendo ser considerado os custos de capital como custos de BDI
- 10.9. As subcontratações deverão ser prestadas diretamente à CONTRATANTE, juntamente com cópia da nota fiscal de serviço.
- 10.10. A data agendada deve ser negociada com a equipe de fiscalização.
- 10.11. O Engenheiro clínico responsável/equipe de fiscalização poderá acompanhar a execução do serviço para certificar-se da perfeita execução dos serviços.
 - 10.11.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os valores despendidos com encargos, que não estiverem contemplados nas respectivas notas fiscais de serviço das subcontratações realizadas, não incidindo nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

10.11.2. O valor previsto para aquisição de peças e subcontratação de serviços será faturado somente quando da eventual aplicação de peça e/ou serviço, no valor global referente ao total de peças e serviços aplicados, que deverá ser comprovado por meio de relatório mensal, e com o devido ateste da CONTRATANTE.

10.11.3. A restituição do valor com a aquisição das peças e da subcontratação de serviços especializados será efetuada mensalmente.

10.11.4. Os atestados de capacidade técnica específicos para as subcontratadas serão oportunamente cobrados das empresas subcontratadas quando de sua atuação no empreendimento ou quando de sua determinação formal no processo com base em sua parcela de execução no objeto.

10.11.5. O valor mensal previsto para aquisição de peças e subcontratação de serviços especializados trata-se de estimativa de gasto, podendo ocorrer durante a execução do contrato, **em casos excepcionais**, a extrapolação deste valor mensal, desde que devidamente justificado pelo Gestor do Contrato, e de forma que a soma dos valores mensais não ultrapasse o montante Anual do valor contratado, respeitando-se, assim, a dotação orçamentária Anual para o serviço contratado.

10.12. Em função da dimensão e complexidade dos serviços eventuais a serem realizados, o prazo para a conclusão seguirá os prazos descritos nas propostas emitidas pelas empresas, em comum acordo entre a Fiscalização e a Contratada. Tal prazo será registrado na tabela a ser confeccionada pela contratada.

10.13. O faturamento/pagamento dos serviços eventuais e do fornecimento de materiais deverá ser mensal, ocorrendo no mesmo período da prestação da mão de obra regular, faturados em notas fiscais distintas, conforme a natureza da despesa (serviço ou material).

10.14. Os serviços eventuais prestados deverão ser realizados dentro do objeto deste Termo de Referência, não havendo possibilidade de sua utilização para outros fins.

10.15. A Contratada deverá fornecer mensalmente relatório de atividades com fotos para evidenciar a execução dos serviços eventuais.

11. UNIFORMES, EPI E TREINAMENTOS

11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado ou para a Contratante, observando o disposto nos itens seguintes:

11.1.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

11.1.1.1. Calças compridas tipo jeans ou sarja, de acordo com a categoria profissional, com identificação da Contratada;

11.1.1.2. Camisas social ou polo, com identificação da Contratada e o termo Engenharia Clínica em destaque;

11.1.1.3. Jalecos de brim, manga cumprida, com identificação da Contratada e o termo Engenharia Clínica em destaque na parte posterior das peças;

11.1.1.4. Calçado de segurança de cano curto com solado de borracha, de acordo com a categoria profissional (inclusive composite, se a atividade exigir);

11.2. O uniforme deverá ser confeccionado em cor a ser definida em conjunto com a Contratante.

11.3. Caso a Contratada já possua uniforme, esta deverá submetê-los a aprovação da Contratante, que poderá formalmente aceitar o uso destes, desde que sejam disponibilizados em quantidades conforme solicitados neste termo de referência.

11.4. A Contratada deverá substituir as peças do uniforme que apresentarem defeito ou desgaste, sem qualquer ônus à Contratante ou aos empregados.

11.5. O fornecimento dos uniformes para cada profissional deverá ser efetivado da seguinte forma:

11.5.1. 04 (quatro) Calças compridas tipo jeans.

11.5.2. 06 (seis) Camisas tipo social ou polo.

11.5.3. 02 (dois) Jalecos de mangas cumpridas.

11.5.4. 02 (dois) calçados de segurança.

11.5.5. Deverá ser substituído o uniforme a qualquer época, no prazo máximo de 20 dias, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

- 11.5.5.1. A fiscalização poderá exigir a substituição dos uniformes caso os mesmos estejam danificados. Em nenhuma condição será autorizado o reaproveitamento de uniformes usados, mesmo que higienizados e ajustados ao tamanho do funcionário, para fornecimento em substituição aos existentes distribuídos inicialmente.
- 11.5.6. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
- 11.5.7. Caso não seja possível fornecer os uniformes padronizados no início do Contrato, a Contratada deverá fornecer uniformes provisórios, apenas com a identificação da Contratada, para início das atividades. Os uniformes definitivos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o início do Contrato.
- 11.5.8. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.
- 11.5.9. O conjunto de uniformes deverá ser composto de peças compatíveis com a atividade desenvolvida pelo profissional, devendo a Contratada submeter previamente amostra para aprovação de modelo e cor, estando resguardado ao Contratante o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados.
- 11.5.10. A utilização do uniforme é obrigatória, para todos os funcionários. A não utilização dos mesmos, por qualquer dos funcionários, poderá acarretar em notificação, através de formulário apropriado, impactando no IMR.
- 11.5.11. O valor do uniforme não pode ser descontado dos salários dos empregados, sob nenhuma hipótese.
- 11.5.12. Os profissionais feristas ou de reposição de postos deverão utilizar uniformes igualmente aos fixos contratuais.
- 11.6. O fornecimento de crachás de identificação será obrigatório e por conta da Contratada. No crachá deverá constar nome da Contratada, nome do funcionário, função/cargo, grupo sanguíneo e fotografia do funcionário. As alterações nas informações dos crachás, quando da promoção e/ou mudança de atividade do funcionário, deverão ser realizadas pela Contratada sem custo para os funcionários.
- 11.7. A Contratada compromete-se a fornecer todos os equipamentos de proteção inerentes às atividades desenvolvidas pelos seus funcionários de acordo com a legislação vigente: segundo o art. 30 do Decreto n.º 9.580/18, o equipamento de proteção individual (EPI) somente poderá ser comercializado com a obtenção do certificado de aprovação, nos termos do disposto no art. 167 da CLT, emitido pela Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência por meio de sistema eletrônico simplificado. Além disso, a contratada deve manter estoque mínimo de EPIs com o intuito de reposição, sempre que necessário for.
- 11.8. A Contratada deverá providenciar e apresentar comprovação de orientação, instrução e treinamento aos seus trabalhadores, conforme disposto em legislação, sobre os serviços que executarão e, inclusive, fornecer as orientações cabíveis quanto aos riscos de acidentes e doenças do trabalho que poderão ocorrer em razão dos serviços praticados dentro dos estabelecimentos do Contratante.
- 11.9. Todos os treinamentos exigidos pela legislação vigente introdutórios deverão ser realizados e apresentados os certificados de participação, bem como, comprovantes de habilitação dos instrutores antes da entrada em trabalho dos postos. Os cursos complementares serão dados conforme cronograma a ser apresentado pela Contratada e aprovado pela fiscalização por meio do SOST – Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ. A contratada deverá garantir a participação de seus profissionais nos treinamentos pertinentes promovidos pela contratante.

12. LOGÍSTICA DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO

- 12.1. A contratada deverá fornecer os materiais de consumo listados no **ANEXO I-G – MATERIAIS DE CONSUMO – REFERENCIAL BÁSICO**, para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, assumindo toda a responsabilidade e custos, tais como aquisição, transporte, frete, reposição, armazenagem e guarda dos mesmos, sem custo adicional para a contratante.
- 12.2. Os materiais de consumo são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, utilizados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços. A lista destes materiais de consumo consta do **ANEXO I-G – MATERIAIS DE CONSUMO – REFERENCIAL BÁSICO** do presente Termo. Esta lista não é exaustiva, ou seja, quaisquer outros materiais que apresentarem as características de material de consumo citada anteriormente e sejam necessários para a execução dos trabalhos serão incluídos na lista sem ônus para o contratante.
- 12.3. A contratada deverá manter estoque regular dos materiais de consumo e básicos que atenda às necessidades mensais dos serviços de manutenção e operação. Em casos excepcionais de falta de material, a contratada terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para o seu fornecimento.
- 12.4. Sempre que for solicitado pelo Fiscal do Contrato, a contratada deverá fornecer amostras dos materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução, e se necessário, poderá ser submetido à aprovação pelo Fiscal do Contrato.
- 12.5. Todos os materiais fornecidos pela contratada a serem empregados nos serviços deverão ser novos e de primeira qualidade, não podendo ser reconicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações técnicas. Quando aplicável, os materiais deverão estar no prazo de validade estabelecido pelo fabricante.
- 12.6. A contratada deverá fornecer mensalmente os materiais de consumo listados na tabela do Termo de Referência e entregar a relação de materiais de consumo utilizados para a fiscalização do contrato.
- 12.7. O valor mensal de referência estipulado como teto máximo para os materiais de consumo é de R\$ 3.000,00 (três mil reais), obtido com base em estimativa e pesquisa de mercado.

12.7.1. CONTRATADA deverá fornecer os materiais de consumo básicos mensalmente e de forma ininterrupta, não haverá faturamento apartado, reembolso sob demanda ou pagamento extra para estes insumos básicos, não cabendo nenhum custo adicional à CONTRATANTE.

12.7.2. O custo para o fornecimento destes insumos deverá ser previsto e alocado pela licitante no Módulo 5 (Insumos Diversos) de sua Planilha de Custos e Formação de Preços, compondo assim o valor mensal fixo da Equipe Técnica Residente (Linha A do Quadro Resumo)

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 13.1. A CONTRATADA será avaliada mensalmente, pelo seu desempenho na prestação do serviço, com base em Instrumento de Medição de Resultados (IMR).
- 13.1.1. O sistema de pontuação do IMR destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência correspondentes a um valor de desconto.
- 13.1.2. Serão pontuadas ocorrências não solucionadas.
- 13.1.3. As ocorrências deverão ser notificadas por escrito, por correio eletrônico (e-mail) assim que tomado conhecimento pela parte responsável do Hospital.
- 13.2. O desconto correspondente ao IMR será aplicado sobre o valor mensal faturado, incidindo proporcionalmente sobre as áreas de atuação técnica previstas neste objeto.
- 13.3. O IMR é documento que define a metodologia para a avaliação dos serviços prestados pela CONTRATADA, descrevendo as pontuações a serem empregados pela CONTRATANTE na gestão de contratos de apoio administrativo. Os resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicarão os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados, em conformidade com as condições contratuais.
- 13.4. Note-se que o valor devido à CONTRATADA, a título de pagamento, poderá eventualmente sofrer descontos em função da pontuação por ela obtida por ocasião do Instrumento de Medição de Resultados, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades cabíveis.
- 13.5. A adoção desses critérios assegurará ao CONTRATANTE instrumentos para avaliação e controle efetivo da qualidade da prestação dos serviços, de forma a obter condições adequadas de entrega do objeto contratado.
- 13.6. Para fins de faturamento, as medições vinculadas ao Instrumento de Medições de Resultados (IMR) serão sempre referentes aos serviços prestados no mês anterior.
- 13.7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos no instrumento de medição de resultados, além dos fatores redutores, serão aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no Contrato e no Termo de Referência.
- 13.8. No prazo de até 10 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 13.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 13.10. O recebimento provisório será realizado pelos fiscais técnicos e administrativo.
- 13.11. Ao final de cada período mensal, o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório.
- 13.12. Ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior.
- 13.13. Será elaborado relatório circunstanciado, com registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, o qual será encaminhado ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 13.14. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.
- 13.15. O gestor emitirá ofício para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 13.16. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da nota fiscal da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.
- 13.17. Se, após o recebimento definitivo, a Contratada der ciência a alguma ocorrência passível de desconto no IMR, o mesmo poderá ser aplicado normalmente no mês subsequente.

13.18. O valor de aplicação de peças, quando necessário, deverá ser faturado com periodicidade mensal, em nota fiscal separada da nota fiscal do valor mensal do serviço regular (mão de obra). A aplicação de peças deverá ser faturada através de documento fiscal adequado à sua natureza (ex: Nota Fiscal de Material), enquanto a mão de obra e os serviços especializados deverão ser faturados através de Nota Fiscal de Serviço.

13.19. **Do pagamento**

13.20. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

13.21. A emissão das Notas Fiscais/Faturas será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

13.21.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas previstas na IN SEGES/MPDG No 05/2017;

13.21.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;

13.21.3. No mesmo prazo, o fiscal administrativo deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

13.22. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

13.23. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

13.23.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, administrativa, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

13.23.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.23.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.24. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG no 5/2017.

13.25. Caso se constate o descumprimento da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

13.26. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

13.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.28. Antes do pagamento, a Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

13.28.1. Serão efetuadas as seguintes consultas:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;

d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

e) Certidão Negativa de Inidôneos – TCU.

13.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

- 13.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.31. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 13.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 13.33. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.
- 13.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI, da IN SEGES/MPDG no 5/2017, quando couber
- 13.35. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5o-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.36. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.
- 13.37. O IMRs que serão aplicados são:

Indicador N° 01 – Desempenho do Programa de Manutenção Programada (DMP)

Item	Descrição
Finalidade	Monitorar a execução do Programa de Manutenção Programada, garantindo aderência ao planejamento anual pactuado.
Meta a cumprir	De acordo com a Análise do Desempenho.
Unidade	Percentual (%)
Instrumento de medição	Sistema Informatizado Oficial de Gestão de Equipamentos (GETS ou sistema adotado pela Contratante).
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	DMP (%) = (Quantidade de Manutenções Programadas Fechadas no período) / (Quantidade de Manutenções Programadas Abertas no período + Quantidade de Manutenções Programadas Pendentes ao início do período) x 100
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme Análise do Desempenho: <ul style="list-style-type: none">• DMP ≥ 90% = 0• 70% ≤ DMP < 90% = - (Valor da Fatura * 0,01)• DMP < 70% = - (Valor da Fatura * 0,02)

Item	Descrição
Sanções	Conforme Quadro de Penalidades previsto neste Anexo.
Observações	Incide sobre as parcelas relativas aos serviços continuados.

Indicador N° 02 – Desempenho de Manutenção Corretiva (DMC)

Item	Descrição
Finalidade	Monitorar a capacidade da contratada em finalizar as manutenções corretivas demandadas no período.
Meta a cumprir	De acordo com a Análise do Desempenho.
Unidade	Percentual (%)
Instrumento de medição	Sistema Informatizado Oficial de Gestão de Equipamentos.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	DMC (%) = (Quantidade de Manutenções Corretivas Fechadas no período) / (Quantidade de Manutenções Corretivas Abertas no período + Quantidade de Manutenções Corretivas Pendentes ao início do período) x 100
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme Análise do Desempenho: <ul style="list-style-type: none"> • DMC ≥ 85% = 0 • 70% ≤ DMC < 85% = - (Valor da Fatura * 0,01) • DMC < 70% = - (Valor da Fatura * 0,02)
Sanções	Conforme Quadro de Penalidades previsto neste Anexo.
Observações	Incide sobre as parcelas relativas aos serviços continuados.

Indicador N° 03 – Desempenho de Primeiro Atendimento (DPA)

Item	Descrição
Finalidade	Garantir celeridade no atendimento inicial das manutenções corretivas.
Meta a cumprir	De acordo com a Análise do Desempenho.
Unidade	Horas
Instrumento de medição	Sistema Informatizado Oficial de Gestão de Equipamentos.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	DPA (horas) = Média da quantidade de horas decorridas entre a abertura do chamado e o início do primeiro atendimento técnico das manutenções corretivas fechadas no período.
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme Análise do Desempenho: <ul style="list-style-type: none"> • DPA ≤ 2 horas = 0 • 2 < DPA ≤ 4 horas = - (Valor da Fatura * 0,01) • DPA > 4 horas = - (Valor da Fatura * 0,02)
Sanções	Conforme Quadro de Penalidades previsto neste Anexo.
Observações	Incide sobre as parcelas relativas aos serviços continuados.

Indicador N° 04 – Desempenho de Tempo de Reparo (DTR)

Item	Descrição
Finalidade	Monitorar a agilidade na conclusão das manutenções corretivas.
Meta a cumprir	De acordo com a Análise do Desempenho.
Unidade	Percentual (%)

Item	Descrição
Instrumento de medição	Sistema Informatizado Oficial de Gestão de Equipamentos.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	DTR (%) = (Quantidade de Manutenções Corretivas Fechadas no período em até 7 dias) / (Quantidade de Manutenções Corretivas Fechadas no período) x 100
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme Análise do Desempenho: <ul style="list-style-type: none"> • DTR ≥ 85% = 0 • 70% ≤ DTR < 85% = - (Valor da Fatura * 0,01) • DTR < 70% = - (Valor da Fatura * 0,02)
Sanções	Conforme Quadro de Penalidades previsto neste Anexo.
Observações	Prazo de 7 dias considerado para manutenção corretiva interna sem dependência de peça importada ou serviço externo justificado.

Indicador N° 05 – Desempenho de Resolutividade Interna (DRI)

Item	Descrição
Finalidade	Garantir adequada capacidade técnica interna da equipe dedicada, reduzindo a dependência de serviços externos.
Meta a cumprir	De acordo com a Análise do Desempenho.
Unidade	Percentual (%)
Instrumento de medição	Sistema Informatizado Oficial de Gestão de Equipamentos.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	DRI (%) = (Quantidade de Manutenções Corretivas Fechadas sem serviço externo no período) / (Quantidade de Manutenções Corretivas Fechadas no período) x 100

Item	Descrição
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Conforme Análise do Desempenho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • $DRI \geq 80\% = 0$ • $60\% \leq DRI < 80\% = - (\text{Valor da Fatura} * 0,015)$ • $DRI < 60\% = - (\text{Valor da Fatura} * 0,03)$
Sanções	Conforme Quadro de Penalidades previsto neste Anexo.
Observações	Não se aplica a equipamentos sob garantia ou sob contrato terceirizado específico.
13.37.1.	O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
13.37.1.1.	a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites permitidos pelo art. 203 do RCC 3.0;
13.37.1.2.	b) não configure descaracterização do objeto contratado.
13.38.	A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
13.39.	No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
13.40.	O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
13.40.2.	A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
13.40.2.3.	Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
13.40.2.4.	A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
13.40.2.5.	O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
13.40.2.6.	Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;
13.40.3.	No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
13.40.3.7.	quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
13.40.3.8.	Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
13.40.3.8.1.	Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

13.41. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

13.41.4. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.41.5. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.41.6. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

13.42. O IMR, é um ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define - em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente, observáveis e comprováveis - os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

13.42.7. Os níveis de serviço foram definidos baseados em critérios objetivos com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade, abrangência/cobertura e segurança.

13.42.8. A frequência de aferição e avaliação do IMR será mensal, devendo a Contratada elaborar relatório de desempenho, apresentando-o à Contratante até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço. Devem constar desse relatório, entre outras informações, os indicadores/metast de níveis de serviço alcançados, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais para o próximo período e demais informações relevantes para a gestão contratual. O conteúdo detalhado e a forma do relatório gerencial serão definidos pelas partes.

13.42.9. Os primeiros 75 (setenta e cinco) dias após o início da execução dos serviços serão considerados como período de estabilização, durante o qual a Contratada deverá proceder a todos os ajustes que se mostrarem necessários no dimensionamento e qualificação das equipes, bem como nos procedimentos adotados e demais aspectos da prestação dos serviços, de modo a assegurar o alcance das metas estabelecidas. Caso haja prorrogação da vigência contratual, não haverá novo período de estabilização.

13.42.10. O modelo de pagamento adotado no contrato será de pagamento de serviço condicionada ao alcance de metas de desempenho. Neste modelo, o valor total dos serviços é estabelecido quando da contratação, com base na proposta da Contratada, porém o valor mensal a ser faturado é calculado com base nos resultados (IMR) alcançados pela Contratada na prestação do serviço. Portanto, os valores apresentados nas planilhas de composição de custos e formação de preços, quando da apresentação de propostas, correspondem aos valores máximos a serem faturados na hipótese da Contratada atingir a meta exigida em todos os indicadores. NÃO há previsão de bônus ou pagamentos adicionais para os casos em que a Contratada superar as metas previstas ou para a alocação de maior número de profissionais para o alcance das metas, caso seja necessária. A superação de uma das metas não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outras metas no mesmo período, bem assim o não atendimento da mesma meta em outro período.

13.42.11. A Contratada utilizará os indicadores e metas de desempenho para medição contratual conforme apresentados no item I-B. Caso a meta não seja cumprida, será aplicado glosa sobre a fatura mensal, da forma estabelecida neste Termo de Referência e seus Anexos. Outros indicadores de desempenho, que se julgarem necessários, podem ser incorporados a qualquer tempo ao contrato desde que em comum acordo entre as partes.

13.42.12. Os seguintes indicadores serão avaliados mensalmente.

13.42.13. Mensalmente, deverá ser apresentado relatório, conforme modelo ofertado pela contratada e definido pela Contratante e disponibilizada cópia eletrônica com a apresentação dos itens sugeridos abaixo:

13.42.13.9. Quantitativo de ordens de serviço de manutenção corretiva e preventiva;

13.42.13.10. Percentual de ordens de serviço abertas X ordens de serviço concluídas por tipo de serviço e quantidade (recebimento, instalação, manutenção corretiva, manutenção preventiva e calibração);

13.42.13.11. Gráfico de Tendência indicando o percentual de manutenções preventivas realizadas X planejadas, com análise de resultados;

13.42.13.12. Gráfico de Tendência indicando o percentual de manutenções corretivas realizadas X solicitadas, com análise de resultados;

13.42.13.13. Quantitativo de manutenções preventivas realizadas em comparação com as programadas;

13.42.13.14. Quantitativo de calibrações realizadas X quantitativo de calibrações planejadas;

13.42.13.15. Pendências, as razões de sua existência e as que dependam de solução por parte da Contratante;

13.42.13.16. Indicação dos custos dos serviços realizados;

13.42.13.17. Pendências de serviços;

- 13.42.13.18. Problemas operacionais para realizar as atividades do contrato e demais considerações pertinentes aos serviços executados;
- 13.42.13.19. Relação de peças, componentes e materiais substituídos por defeito/desgaste ou utilizadas em ampliações/modificações com custo individual e por grupo;
- 13.42.13.20. Apresentação de dados referentes aos indicadores de monitoramento do processo, definidos e no padrão estabelecido pela Contratante;
- 13.43. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 13.44. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 13.45. Para a execução do contrato, será implementado método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define a Contratante como responsável pela gestão do contrato e pela atestação da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos serviços entregues, e a Contratada como responsável pela execução dos serviços e a gestão dos recursos humanos necessários.
- 13.46. Nesse contexto, o valor mensal a ser pago estará associado ao alcance de metas estabelecidas para a prestação do serviço, conforme Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 13.46.14. Para avaliação dos indicadores que envolvam ordens de serviço, deverá:
- 13.46.14.21. Ser entregue relatório técnico mensal de atividades;
- 13.46.14.21.2. relatório técnico mensal de atividades deverá ser entregue até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovado através de protocolo assinado pela Contratante.
- 13.46.14.21.2.1. Caso o mesmo não seja entregue em tempo hábil, será considerado uma glosa de 2% sobre o valor da fatura.
- 13.46.14.22. O Fiscal do Contrato deverá preencher este Formulário mensalmente, de acordo com o número de Ocorrências registradas dentro do mês;
- 13.46.14.23. A pontuação por ocorrência possui valores diferentes, conforme item;
- 13.46.14.24. As ocorrências serão pontuadas pelo Fiscal ou Gestor do Contrato, motivadas por inconsistências verificadas por eles mesmos ou por demanda de algum setor, quando constatarem irregularidade;
- 13.46.14.24.3. As ocorrências serão entregues pelo Fiscal ou Gestor do Contrato para assinatura do Preposto do Contato, em duas vias, uma da Contratada e uma da Contratante;
- 13.47. O máximo de glosa a ser aplicado na Contratada será de 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 13.47.15. Caso o somatório das glosas da tabela 4, seja superior a 10%, deverá ser considerado 10%;
- 13.47.16. Se dentro do trimestre houver mais de um mês com percentuais acima de 10%, a Contratada receberá uma Carta de Advertência;
- 13.47.17. Se dentro do período contratual de 12 (doze) meses houver mais de uma Carta de Advertência, a Contratada poderá sofrer aplicações de penalidades constantes no item 22.
- 13.48. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
- 13.48.18. a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 203 do RCC 3.0;
- 13.48.19. b) não configure descaracterização do objeto contratado.
- 13.49. Antes do encaminhamento das notas fiscais para pagamento, a prestadora de serviço deverá encaminhar à equipe de fiscalização uma planilha de medição, em Excel, que demonstre a formação do custo daquela nota, considerando as ausências com as devidas reposições.
- 13.50. A não substituição do posto de trabalho gerará a glosa daquele, referente a um dia, com o devido desconto do valor do vale transporte e vale alimentação. Caso o número mínimo de postos não seja atendido em 24 horas o valor a ser glosado do(s) posto(s) será(ão) desde a data de ausência do posto.
- 13.51. A Contratada deverá encaminhar, por meio eletrônico, à Contratante as planilhas de medições relativas ao pagamento mensal dos serviços prestados, as quais deverão compreender o período entre o 1º dia e último dia do mês anterior, para aprovação do fiscal da Contratante, até o 5º (quinto) dia útil do mês de pagamento.

13.51.20. A contratante, após análise das planilhas de medição e concordância do fiscal do contrato, irá devolvê-las à Contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, observadas as seguintes condições:

13.51.20.25. As planilhas estarão aprovadas se estiverem corretas, devendo a Contratada providenciar o faturamento e emissão de notas fiscais, as quais deverão ser entregues, impreterivelmente, até 2 (dois) dias úteis após aprovação da medição pelos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ;

13.51.20.26. se incorretas, as planilhas deverão ser refeitas e reapresentadas em até 2 (dois) dias úteis, contados da data de seu recebimento, para providências de aprovação do fiscal do contrato, e devolução à Contratada para fins de faturamento e emissão das notas fiscais.

13.51.20.27. Após o recebimento definitivo pelo gestor, será comunicada à contratada a autorização para emissão da Nota Fiscal, com o respectivo número de empenho.

13.52. Os licitantes deverão observar, para fins de referência do valor do BDI aplicável ao objeto da contratação, os parâmetros trazidos pelo art. 9º do [Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013](#) e os valores percentuais do quartil médio aplicável à construção de edifícios do [Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União \(TCU\)](#).

13.52.21. É admissível a adoção de percentuais distintos do quartil médio, considerando os limites do primeiro e do terceiro quartil, nos casos em que for apresentada justificativa técnica para cada elemento do BDI, considerando eventuais dificuldades específicas do objeto contratado que devem ser categoricamente demonstradas.

13.53. O valor percentual do BDI deverá ser reduzido ou excluído, conforme o caso, quando verificado que os preços relativos à aplicação de peças e serviços especializados já embutem um ou mais custos indiretos necessários à execução daqueles encargos contratuais.

13.54. A Contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, notas fiscais distintas:

13.54.22. uma constando os serviços com os custos de mão de obra de dedicação exclusiva e, se houver, serviços eventuais incluindo BDI específico;

13.54.23. e outra nota fiscal constando os custos com o fornecimento de peças, incluindo o BDI respectivo.

13.55. Até o 5º (quinto) dia útil do mês do pagamento, deverão ser enviados por meio eletrônico, ao fiscal administrativo do contrato, os seguintes documentos, de competência do mês anterior:

13.55.24. Relação dos empregados;

13.55.25. Folha de Pagamento;

13.55.26. Planilha Excel com a relação dos empregados e as retenções para a conta vinculada, em modelo próprio ou fornecido pela contratante;

13.55.27. Comprovante de Pagamento de Salário;

13.55.28. Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social;

13.55.29. SEFIP (Relação dos Trabalhadores constante no arquivo SEFIP);

13.55.30. GPS (Guia de Pagamento de INSS) - Comprovante de Pagamento;

13.55.31. GFIP (Guia de Pagamento do FGTS) - Comprovante de Pagamento;

13.55.32. Vale Transporte - lista nominal e comprovante de pagamento;

13.55.33. Lista de não optantes pelo vale transporte;

13.55.34. Vale Alimentação - lista nominal e comprovante de pagamento;

13.55.35. Demissões (documento de rescisão e pagamento);

13.55.36. Férias (recibo assinado e pagamento);

13.55.37. Folhas de Ponto assinadas;

13.55.38. Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (atualizada)

- 13.55.39. Certidão de Regularidade do FGTS (atualizada);
- 13.55.40. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (atualizada);
- 13.56. O prazo para pagamento da nota fiscal será de 30 (trinta) dias após a sua emissão.
- 13.57. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, além de utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:
- 13.57.41. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- 13.57.42. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 13.58. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 13.59. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico designado monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, e conforme o caso, irá requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 13.60. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 13.61. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, serão aplicadas as sanções previstas à contratada de acordo com este edital.
- 13.62. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 13.63. Os relatórios técnicos (extras) solicitados pela fiscalização de contratos deverão ser elaborados e enviados pela equipe não residente, desta forma não comprometendo a realização das atividades técnicas de responsabilidade da equipe residente.

14. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 14.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica. A contratação encontra amparo legal na Lei nº 13.303/16, na Lei nº 14.133/2021 (no que couber), na Instrução Normativa nº 5/2017 e no Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil (RCC 3.0)..
- 14.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global, por item**. A licitação será dividida em 02 (dois) Itens independentes (Item 1 para o HU-UFCAT e Item 2 para o HU-UFSJ), e o valor de disputa de cada Item consistirá no seu Preço Global, que engloba a soma dos custos de mão de obra residente, da provisão mensal de peças e da provisão mensal de serviços eventuais. Essa escolha justifica-se tendo em vista que os serviços são oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.
- 14.3. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto.
- 14.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,75%.
- 14.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 14.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 14.7. As condições de participação são aquelas definidas no instrumento convocatório.

15. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

- 15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no instrumento convocatório.

15.1.1. Considerando a natureza híbrida do objeto e a obrigatoriedade legal de faturamento das peças de reposição por meio de Nota Fiscal de Material, o instrumento convocatório deverá exigir, para fins de habilitação fiscal, a comprovação de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual pertinente ao ramo de atividade e compatível com o fornecimento de peças/materiais, nos termos do art. 65, inciso II, alínea "b" do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil (RCC 3.0).

15.2. Os critérios de qualificação técnica-operacional a serem atendidos pelo fornecedor serão:

15.2.1. Certidão de registro da participante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA da jurisdição da empresa, nas áreas de elétrica e mecânica, comprovando atividade relacionada com o objeto, conforme art. 65, inciso III, alínea "e", do RCC 3.0 e conforme resolução do CREA/CONFEA 218/73, em plena validade.

15.2.2. Para atendimento à qualificação técnico profissional, comprovação de vínculo contratual, na data da abertura das propostas, com profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante (CNPJ diferente), serviços relativos a fiscalização, coordenação, supervisão ou execução de serviços de Engenharia Clínica.

15.2.2.1. Em atendimento ao Acórdão TCU n.º 3.070/2013-Plenário, para fins de aferição da capacidade técnico-profissional, a respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) deverá demonstrar a execução de serviços com características e quantitativos mínimos compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, limitadas a até 50% (cinquenta por cento) das quantidades estimadas, compreendendo a gestão e manutenção das mesmas categorias de equipamentos médico-hospitalares listadas no item 15.2.3 para a qualificação técnico-operacional da empresa.

15.2.2.2. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio ou do contrato de trabalho ou do contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

15.2.2.3. A comprovação da experiência profissional exigida na habilitação é somente do profissional responsável técnico pela prestação dos serviços e dar-se-á:

15.2.2.3.1. Em caso de empregado proveniente do serviço público, por meio de declaração do Órgão de Pessoal da Administração Pública, comprovando que o funcionário exercia atividades compatíveis com os serviços descritos para o cargo.

15.2.2.3.2. Em caso de empregado proveniente da iniciativa privada, por meio de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, contrato de prestação de serviço, ou ainda, de declaração original em papel timbrado, constando CNPJ e endereço completo da(s) pessoa(s) jurídica(s), onde os serviços foram prestados, com a descrição sucinta das atividades desenvolvidas na área, a qualificação e o nome do emitente da declaração.

15.2.3. Para atendimento à qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem a prestação de serviços compatíveis com o objeto desta contratação. Considerando que a presente contratação, embora envolva regime de dedicação exclusiva de mão de obra, caracteriza-se pela altíssima criticidade e pelo risco direto à vida humana, faz-se imprescindível a comprovação de experiência na execução de serviços técnicos específicos de Engenharia Clínica, e não apenas na gestão genérica de recursos humanos. A mera capacidade de gerir postos de trabalho é insuficiente para garantir a segurança dos pacientes, exigindo-se da contratada expertise laboratorial, cadeia de suprimentos e domínio tecnológico sobre equipamentos de suporte à vida, diagnóstico e esterilização. Sendo assim, as exigências contidas nos subitens a seguir foram definidas como as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da licitação, guardando estrita proporção com a dimensão e complexidade do objeto a ser executado e não ultrapassando o limite legal de 50% dos quantitativos estimados, em consonância com o art. 65, §§ 3º e 4º, do RCC 3.0 e com o Acórdão TCU n.º 1.589/2024-Plenário. Serão aceitos atestados que demonstrem que a licitante tenha realizado as seguintes parcelas de maior relevância técnica:

15.2.3.1. *Gestão de parque tecnológico composto por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos equipamentos referenciados no Anexo I;*

15.2.3.2. *Gestão de EMHs em Hospitais Públicos ou Privados com, no mínimo, 110 (cento e dez) leitos, com uso de sistema informatizado (software de gestão de equipamentos médico hospitalares).*

15.2.3.3. *Manutenção preventiva, corretiva e emergencial de equipamentos médicos, contemplando pelo menos os seguintes aparelhos: Máquina hemodiálise, autoclave, termodesinfetadora, lavadora ultrassônica, osmose reversa fixa e portátil (desde que com registro na ANVISA), cama hospitalar, ultrassom, esfigmomanômetro, centrífuga, balança, estufa, eletrocardiógrafo, foco cirúrgico, oxímetro de pulso, mesa cirúrgica, monitor multiparamétrico, ventilador pulmonar, aparelho de anestesia, bisturi eletrônico, cardioversor, incubadora neonatal e berço aquecido e microscópios laboratoriais.*

15.2.3.4. *Calibração, utilizando analisadores e simuladores certificados pelos órgãos competentes, de pelo menos dos seguintes equipamentos: Estufas, Esfigmomanômetros, Centrífugas, Agitadores, Balanças, Berços Aquecidos, Bisturis Eletrônicos, Cardioversores, Eletrocardiógrafos, Monitores de Sinais Vitais e Ventiladores Pulmonares.*

15.2.3.5. *Comprovação de aptidão na gestão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, demonstrando a administração de contrato(s) com alocação simultânea de equipe técnica residente com, no mínimo, 3 (três) profissionais atuantes na área de Engenharia Clínica ou manutenção de equipamentos médico-hospitalares.*

15.2.3.6. *Treinamento operacional em equipamentos médicos.*

15.2.3.7. *Montagem, desmontagem, movimentação e instalação de equipamentos médico hospitalares.*

15.2.4. Sobre os atestados citados em 15.2.3, tem-se ainda:

15.2.4.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica;

15.2.4.2. Conforme o item 10.6, do Anexo VII-A da IN 05/ 2017 do Ministério de Planejamento, a licitante deverá apresentar comprovante que possui experiência mínima de 3 (três) anos no mercado do objeto desta licitação, em serviços relativos ao objeto desta contratação.

15.2.4.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

15.2.4.4. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

15.2.4.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

15.2.4.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

15.2.4.7. Para comprovação dos atestados, deverá ser enviada as certidões de acervo técnico (CAT) ou as anotações e registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes.

15.2.5. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

15.3. Os critérios de qualificação econômico-financeira:

15.3.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, cuja validade será de 180 dias da data da emissão, quando não houver prazo de validade definido, sem prejuízo da realização de diligência pelo Agente de Contratação;

15.3.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

15.3.2.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Prazo}}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

15.3.2.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

15.3.2.3. patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

15.3.2.4. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

- 15.3.3. apresentação de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;
- 15.3.4. declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:
- 15.3.4.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 15.3.4.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- 15.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 15.4. A CONTRATADA deve ainda apresentar declaração de que a empresa, qualquer dos seus sócios ou responsável técnico, não representem, não comercializem, ou não tenham nenhuma relação comercial ou profissional com fabricantes, distribuidores ou fornecedores de equipamentos ou produtos médico-hospitalares, visando garantir total isenção de interesse na prestação dos serviços especificados neste Termo de Referência.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 16.1. Em atendimento ao item 2.9b do Anexo V da Instrução Normativa nº 05 de 26/05/2017 o custo estimado da contratação contemplando o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços foram definidos pelo órgão da seguinte forma:
- 16.2. Por meio do preenchimento de planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço de todas as categorias profissionais, utilizando-se como parâmetro pesquisa de mercado.
- 16.3. Considerando o Artigo 48 da lei 123 de 2006, o pregão será para ampla concorrência, no modo de disputa aberto e tendo como critério de julgamento o menor preço, pois através da pesquisa de preços estimou-se o valor da contratação superior a R\$80.000,00, não cabendo assim tratamento diferenciado à ME-EPP.

17. INDICAÇÃO DE SIGILO

- 17.1. O valor estimado deste procedimento licitatório será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas pelos licitantes em atendimento ao artigo 30º do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil aprovado nos termos do art. 34 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
- 17.2. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.
- 17.3. A pesquisa de preços encontra-se no processo 23477.028320/2025-90.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 18.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 18.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 18.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 18.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 18.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 18.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 18.7. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:
- 18.8. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

- 18.9. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- 18.10. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- 18.11. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 18.12. Demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 18.13. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 18.14. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- 18.15. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- 18.16. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
- 18.17. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 18.18. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- 18.19. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 18.20. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 18.21. Cientificar a Consultoria Jurídica da HU Brasil para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 18.22. Arquivar, entre outros documentos, projetos, *"as built"*, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 18.23. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 18.24. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 18.25. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, e nos termos do art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 18.26. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 18.27. Comunicar, por escrito via Livro de Ocorrências e via e-mail, à Contratada eventuais falhas e irregularidades observadas na execução dos serviços, determinando prazo para adoção das providências saneadoras.
- 18.28. Notificar por escrito e com antecedência, quaisquer débitos porventura existentes (multas, danos causados e outros).
- 18.29. Rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com as especificações constantes do Contrato.
- 18.30. Conferir as Notas Fiscais e seus respectivos relatórios e, se em conformidade com o executado, atestar a prestação dos serviços.
- 18.31. Devolver à Contratada as Notas Fiscais em que se verificarem inconformidade para as devidas correções.
- 18.32. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais, após o procedimento administrativo.
- 18.33. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada.
- 18.34. Inspecionar os materiais utilizados pela Contratada para execução dos serviços.
- 18.35. Relacionar-se com a empresa exclusivamente através de preposto por ela indicado.

- 18.36. Fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas pela Contratada aos empregados.
- 18.37. Fiscalizar os registros efetuados pela Contratada nas carteiras profissionais de seus empregados.
- 18.38. Exigir a qualquer tempo a comprovação das condições da Contratada que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a habilitação na licitação.
- 18.39. Permitir o acesso dos empregados da empresa às dependências do hospital, onde serão executados os serviços.
- 18.40. Exigir a implementação, cronograma dos Programas/Planos e operacionalização dos serviços que deverão ser cumpridos pela Contratada;
- 18.41. Efetuar os pagamentos à Contratada nos prazos previstos, após o cumprimento das formalidades legais.
- 18.42. Exigir da Contratada, quando da apresentação da fatura mensal, a comprovação do valor de aquisição das peças de reposição conforme previsto neste documento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal de compra.
- 18.43. Definir a área a ser utilizada pela Contratada em decorrência dos serviços, devendo a Contratada disponibilizar, sem ônus para o Contratante, armários, prateleiras, tapumes, entre outros, necessários à guarda de materiais, equipamentos, instrumentos e sistemas, além de armários guarda-roupa com chaves.
- 18.44. Instruir a Contratada acerca das normas de segurança e prevenção de incêndio implantadas nas dependências do Contratante, bem como inscrever os postos da Contratada nos treinamentos de segurança contra incêndio ofertados na instituição.
- 18.45. Solicitar à Contratada o imediato afastamento de qualquer empregado integrante da equipe designada para a execução dos serviços que, a seu exclusivo critério, esteja sem uniforme, ou sem crachá, ou dificultando a Fiscalização, ou prejudicando o andamento ou a qualidade dos serviços, ou que não acate suas ordens nem respeite sua autoridade, ou cuja permanência na área for julgada inconveniente.
- 18.46. Caso haja substituição do empregado, o substituto deverá possuir qualificação profissional igual ou superior à do substituído, sendo que isso deverá ser comprovado mediante documentação a ser encaminhada para o Gestor do Contrato.
- 18.47. Caso necessário, acatar e pôr em prática as recomendações feitas pela Contratada no que diz respeito às condições, ao uso e ao funcionamento dos equipamentos.
- 18.48. Receber, controlar e manter arquivado os documentos entregues pela Contratada.
- 18.49. Disponibilizar profissionais do Contratante para receber treinamento sobre o sistema adotado pela Contratada para o gerenciamento integrado da infraestrutura.
- 18.50. Disponibilizar cópias dos manuais de equipamentos que tiver em seu poder.
- 18.51. O Contratante fiscalizará os serviços contratados e aplicará penalidades ou rescindir o contrato, caso a Contratada o descumpra o estabelecido.
- 18.52. Ceder espaço, para apoio técnico-administrativo da Contratada para equipe essencial ao contrato, dentro dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ.
- 18.53. Bancadas técnicas;
- 18.54. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste
- 18.55. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 18.56. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 19.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 19.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 19.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.
- 19.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à HU Brasil, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 19.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 19.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 19.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 19.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 19.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:
- 19.9.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 19.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
- 19.9.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- 19.9.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 19.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 19.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 19.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 19.12. Substituir, no prazo estipulado no item 5 e seus subitens, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- 19.12.1. A substituição do posto de trabalho é obrigatória por parte da Contratada, não havendo necessidade de solicitação formal por parte da Contratante, para que tal substituição ocorra.
- 19.12.2. Em caso de não substituição, a Contratada será glosada pelo não preenchimento de posto, além de poder ser formalmente notificada, através de formulário apropriado, impactando na Avaliação do IMR.
- 19.12.3. A notificação ocorrerá por posto vago, para um período máximo de 03 (três) dias consecutivos de ausência. Ultrapassado esse período, sem a reposição, novas notificações serão emitidas a cada período de 07 (sete) dias consecutivos até o limite de 4 notificações. Após esse limite, aplicar-se-á o subitem 24.4.1.
- 19.12.4. Os postos de trabalho não preenchidos, por solicitação da Contratante, não poderão ocasionar notificação para a Contratada.
- 19.12.5. Não será concedida autorização para que os funcionários contratados de empresas terceirizadas cumpram o aviso prévio dentro das instalações da empresa.
- 19.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 19.13.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais

como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

19.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

19.15. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.15.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.16. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

19.17. Para a execução do objeto da licitação, a contratada deverá instalar domicílio fiscal (CNPJ) na cidade do Hospital Universitário ou em município localizado em raio máximo de 150 km do referido hospital, preferencialmente em cidade de porte maior ou região metropolitana. A comprovação deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência do contrato.

19.18. Faz-se necessária esta exigência para permitir que os transportes de peças ou equipamentos para fornecedores de outros Estados sejam realizados diretamente do local de prestação dos serviços contratados, sem que haja necessidade de "triangulação" dos materiais entre Tomador de Serviços x CONTRATADA x Fornecedores. Cumpre ressaltar que esta triangulação onera demasiadamente os custos dos serviços com transportadoras, bem como eleva substancialmente a indisponibilidade do(s) equipamento(s) sob manutenção, com impactos negativos ou mesmo severos para a assistência do paciente e para a missão do hospital.

19.19. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

19.20. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

19.21. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

19.22. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

19.22.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

19.22.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

19.22.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

19.23. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.

19.24. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

19.24.1. Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá possuir sede ou filial da empresa devidamente registrada na Junta Comercial de cada estado e nos demais órgãos exigidos por lei. Esse registro propicia aos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ segurança que a contratada estará cumprindo todas as exigências no desempenho de uma atividade mercantil. A exigência de sede ou filial também permitirá o processo de aquisição de peças em outras localidades, sem que se tenha problemas com o transporte, visto que estas peças precisam transitar com notas fiscais com destinatário do local da aplicação.

19.24.2. A Contratada deverá entregar declaração de que possuirá CNPJ no estado da contratante, a ser comprovado no prazo máximo de 30 (sessenta) dias, contados a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

19.25. Manter preposto sempre a disposição para representá-la na execução do contrato;

19.26. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

- 19.27. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;
- 19.27.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 19.27.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 19.27.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
- 19.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 19.29. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 19.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 19.31. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 19.32. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 19.32.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 19.32.2. A licitante optante pelo Lucro Presumido deverá observar os percentuais limites para as margens de lucro/custos indiretos.
- 19.33. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum evento caracterizado pelo art. 196 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil 3.0.
- 19.34. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 19.35. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 19.36. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 19.37. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 19.38. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 19.39. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 19.40. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.
- 19.41. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 19.42. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

- 19.43. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 19.44. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 19.44.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 19.44.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 19.45. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006 e artigo 7º do Decreto n. 8.538/2015.
- 19.45.1. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 19.45.2. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 19.46. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 19.47. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante, independentemente de culpa ou de dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante.
- 19.48. Reexecutar serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis aos mesmos;
- 19.49. Apresentar aos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ a relação nominal dos empregados que adentrarão às unidades hospitalares para a execução dos serviços, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual- EPI.
- 19.50. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.
- 19.51. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso.
- 19.52. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 19.53. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 19.54. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 19.55. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no Contrato.
- 19.55.1. Não consentir que os próprios hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ execute os serviços aos quais se obriga.
- 19.56. Se responsabilizar pelo transporte dos prestadores de serviço no caso de greve, paralisação ou qualquer outra perturbação no transporte público, providenciando que os colaboradores cheguem aos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ em horário hábil para o trabalho. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE referente a qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- 19.57. Designar por escrito, no 1º dia após a assinatura do contrato de prestação de serviços, preposto(s) que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato;
- 19.58. Cumprir as instruções, normas técnicas, manuais e demais orientações do órgão fiscalizador e/ou executores do contrato, salvo as que infringirem normas legais;

- 19.59. Implantar os serviços contratados conforme descrito na tabela de cronograma, de acordo com as condições estabelecidas e conforme especificações deste termo;
- 19.60. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as no menor tempo possível, seguindo o prazo estabelecido na notificação da CONTRATANTE;
- 19.61. Providenciar o ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- 19.62. Comunicar a equipe de fiscalização do contrato, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, exemplo: alteração nos sócios, mudança de endereço e etc. durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.
- 19.63. Corrigir de pronto os problemas apresentados pela fiscalização do CONTRATANTE sob pena de aplicação de multas e demais penalidades previstas no edital, os casos não previstos considerados imprescindíveis para a perfeita execução do contrato, deverão ser resolvidos entre a equipe de fiscalização da CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- 19.64. Atender, dentro dos prazos estipulados, no horário normal de trabalho, de 07:00 às 18:00 horas, e fora deste, 24 (vinte e quatro) horas, inclusive sábados, domingos e feriados, as solicitações de serviços emergenciais, via telefone, para qualquer defeito nos sistemas.
- 19.65. A execução dos serviços emergenciais de manutenção corretiva, fora do horário normal, em sábados, domingos ou feriados, não ensejará à prestadora de serviço o direito de recebimento de quaisquer valores adicionais.
- 19.66. Apresentar aos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ, após o término de cada mês, para efeito de comprovação e aceitação, relatório contendo as especificações dos serviços efetuados, o horário inicial e final da execução dos mesmos, o dia, nome do técnico que os prestou, bem como quaisquer outras informações pertinentes.
- 19.67. Os relatórios mensais servirão como requisito principal da fiscalização para aceitação das notas fiscais emitidas pela Contratada, devendo a mesma anexá-las ao processo de pagamento durante o envio das notas para efeito comprobatório da execução dos serviços medidos.
- 19.68. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva poderão, a critério dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ, ser deslocados para outros horários (noturno ou dias não úteis) caso a sua realização possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos realizadas em horário de expediente normal. A execução de trabalhos fora do expediente não irá gerar faturamento de hora extra aos funcionários, sendo as horas efetivamente trabalhadas fora do expediente compensadas até o último dia do mês corrente.
- 19.69. A Contratada deverá apresentar à Contratante o Plano de Manutenção e Controle, que deverá ter como responsável por sua elaboração deve ser elaborado pela Contratada (Supervisor) e aprovada pela fiscalização do contrato (engenheiro) com atribuição para tal:
- 19.69.1. A Contratada obriga-se a emitir relatórios comprobatórios da execução das rotinas de manutenção previstas no Plano de Manutenção e Controle e dos serviços de manutenção Corretiva e Emergenciais realizados;
- 19.70. A Contratada terá 30 (trinta) dias corridos como prazo limite, após a data de início estipulada no Contrato, para comprovar perante a Contratante, a disposição em sua totalidade dos itens abaixo relacionados:
- 19.70.1. Pessoal Qualificado.
- 19.70.2. Aparelhos celulares/tablets para comunicação;
- 19.70.3. Estoque mínimo de material básico e peças de reposição a serem utilizados no desempenho das atribuições.
- 19.71. Substituir sempre que exigido por parte dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ, qualquer empregado, inclusive o preposto, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, cuja atuação, permanência e/ou comportamento seja julgado prejudicial e ou inconveniente à disciplina do serviço.
- 19.72. Suprir, nos prazos máximos estipulado no item 5.9 e seus subitens a falta de qualquer posto de trabalho.
- 19.73. Encaminhar aos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ, para a equipe de fiscalização, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação dos empregados que usufruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los.
- 19.74. Estar ciente que quando houver descumprimento total ou parcial da obrigação da CONTRATADA, as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação pertinente serão aplicadas.
- 19.75. Supervisionar e apoiar na avaliação de serviço prestado por empresas externas, quando estas realizarem manutenções/calibrações de qualquer equipamento crítico da Contratante, bem como, comunicar formalmente ao Fiscal do Contrato, qualquer desvio identificado na execução dos serviços de manutenção/calibração, realizados por outra empresa.

19.76. Caberá à Contratada providenciar, junto ao CREA a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente, entregando uma cópia digital à Contratante. O pagamento da primeira nota fiscal estará condicionado à apresentação desta.

19.77. Cumprir com as obrigações relativas à Segurança e Saúde dos empregados, atendendo as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho - MTE, normas e manuais internos, além das que couberem no exercício das atividades constantes neste Termo de Referência e anexos.

19.77.1. Manter registro do SESMT (Serviços Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do trabalho) na Superintendência Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, ou, se for o caso, a declaração de isenção de registro amparada pela legislação, apresentando neste caso profissional de referência para desenvolvimento das ações de segurança e saúde ocupacional.

19.77.2. A CONTRATADA deverá considerar o atendimento à todos os requisitos legais pertinentes, inclusive a legislação trabalhista e as normas de segurança e saúde ocupacional, dentre elas as previstas na Portaria 3.214 de 08 de junho de 1978, tais como, NR-01, NR-04, NR-05, NR-06, NR-07, NR-08, NR-09, NR-10, NR-11, NR-12, NR-15, NR-16, NR-17, NR-18, NR-21, NR-24, NR-26, NR-27, NR-32, NR-35 e demais normas regulamentadoras e suas atualizações, considerando a elaboração e implementação do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e do PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, além da adoção, manutenção e registro de entrega de vestimentas equipamentos de proteção individual - EPI e vestimentas adequadas, realização de exames médicos aplicáveis com emissão de ASO - Atestado de Saúde Ocupacional, controle vacinal dos empregados considerando inclusive a atividade em ambiente hospitalar, treinamento e capacitação inicial e continuada relativa à segurança e saúde dos trabalhadores, e demais requisitos legais aplicáveis.

19.77.3. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes de trabalho e de incêndios, conforme as diretrizes da Contratante;

19.77.4. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante.

19.77.5. A Contratada deverá assumir os custos relativos ao pagamento de adicionais em caso de possíveis divergências entre laudos elaborados pela contratada e pelo SOST.

19.77.6. Ter observância à legislação pertinente ao objeto conforme as referências normativas relacionadas;

19.77.7. Cumprir e responsabilizar-se integralmente pelo serviço contratado, nos termos da legislação vigente;

19.77.8. Dispor de um responsável técnico com capacitação em segurança e saúde ocupacional, para coordenação dos assuntos relacionados à proteção dos empregados da contratada; e que responda perante os órgãos fiscalizadores;

19.77.9. Manter profissionais devidamente qualificados para a execução das atividades, fornecendo treinamentos complementares no que diz respeito aos requisitos de segurança pertinentes a cada atividade;

19.77.10. Fornecer todos os equipamentos de proteção individual e coletiva necessários, e aqueles que por ventura sejam indicados pela contratante, aos seus empregados no exercício de suas funções, treinando-os quanto à forma correta de utilização, guarda e higienização dos equipamentos de proteção individual (EPI), substituindo-os sempre que necessário;

19.77.11. Apresentar à contratante, sempre que solicitado, as respectivas Fichas de Informação de Segurança de Produto Químico – FISPQ de todos os produtos químicos empregados nas atividades realizadas;

19.77.11.1. As Fichas de Informação de Segurança de Produto Químico – FISPQ deverão ficar disponíveis a qualquer tempo e de livre acesso a todos.

19.77.12. Apresentar o Programa de Controle Médico Ocupacional – PCMSO, os Atestados de Saúde Ocupacional - ASO e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, para apreciação da Contratante;

19.77.13. Em caso de serviços em espaços confinados, providenciar treinamento para os funcionários envolvidos, bem como todos os equipamentos de proteção necessários, tais como exaustor portátil, tripé de segurança para resgate, cilindro de oxigênio e medidor de gases;

19.77.14. Manter o controle de vacinação dos empregados atualizado, nos termos da legislação vigente;

19.77.15. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito, por meio de seu responsável técnico;

19.77.16. Todo acidente ocorrido dentro dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ, independente da sua gravidade, deverá ser comunicado imediatamente ao fiscal do contrato, indicando suas causas e medidas adotadas.

19.78. Obrigações relativas ao cumprimento de normas trabalhistas:

19.78.1. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à administração.

19.78.2. Comunicar a equipe de fiscalização do contrato acidentes de trabalho, afastamentos e apresentação de sintomas relacionados ao adoecimento durante a jornada de trabalho. A CONTRATADA deverá ser responsável por dar encaminhamentos de assistência ao funcionário e substituição imediata do posto de trabalho, arcando com os custos do transporte sem ônus para CONTRATANTE.

19.78.3. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, em agências bancárias situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorrerá a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.

19.78.3.1. Não vincular, sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento das faturas mensais efetuado pela Contratante.

19.78.4. Fixar o dia para o pagamento dos benefícios de vale-alimentação e vale-transporte, informando esta data por escrito à equipe de fiscalização do contrato, não sendo admitido pagamentos posteriores ao 5º dia útil.

19.78.5. Em caso de prorrogação de contrato, ao final de 24 (vinte e quatro) meses de execução contratual nenhum prestador de serviço lotado na CONTRATADA poderá estar com férias vencidas.

19.78.6. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento de INSS e FGTS, sempre que solicitado pela equipe de fiscalização.

19.78.7. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

19.78.8. Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

19.78.9. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela equipe de fiscalização.

19.78.10. Fornecer aos empregados todos os equipamentos de segurança necessários à neutralização/eliminação dos riscos identificados execução dos serviços, primando pela qualidade e eficiência dos mesmos, que deverão ser dotados de Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e validade não inferior a 12 meses.

19.78.11. Em caso de ocorrência de Acidente do Trabalho comunicar após ciência imediatamente ao SOST - Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho e emitir CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho no prazo previsto na legislação vigente (1 dia útil da ocorrência do acidente), bem como, realizar análise do acidente no prazo de 05 (cinco) dias úteis do retorno do acidentado.

19.78.12. A Contratada compromete-se a realizar a comprovação mensal do pagamento dos adicionais supracitados de todos os seus funcionários, de acordo com o LCAT aprovado pela equipe de segurança do trabalho (SOST) dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ.

19.78.13. A Contratada compromete-se a utilizar em sua composição de preços os salários-base de cada categoria profissional de acordo com convenção de coletiva de trabalho ou qualquer outra documentação legal que estabeleça um piso salarial, respeitando o mínimo estipulado pela pesquisa de mercado indicado no Item 8.18 deste TR.

19.78.14. A Contratada se responsabilizará pelo repasse dos valores correspondentes às alterações nas convenções coletivas, com reajustes de benefícios, impostos, anuênios, de forma imediata à homologação das convenções. A contratada poderá solicitar à repactuação para reequilíbrio econômico-financeiro, somente após o repasse dos valores aos empregados pela contratada, desde que cumprido no primeiro ano contratual, o interstício de doze meses entre a assinatura do contrato e o pedido de repactuação.

19.78.15. Os salários base não poderão ser inferiores aos valores estabelecidos na pesquisa de mercado (item 8.16), prevalecendo sempre a condição mais benéfica ao trabalhador e a garantia da qualificação técnica exigida pelo objeto.

19.79. Obrigações relativas à equipe de trabalho

19.79.1. A Contratada deverá disponibilizar e manter nas dependências da Contratante, toda a mão-de-obra necessária, com comprovação de qualificação técnica, para a realização dos serviços objeto deste termo de referência.

19.79.2. A Contratada obriga-se a manter a frente dos serviços, representantes idôneos, com poderes para representá-la do ponto de vista técnico e operacional.

19.79.3. Selecionar e preparar rigorosamente os funcionários que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas com nível de instrução compatível e funções profissionais devidamente registradas em suas carteiras de trabalho;

19.79.4. Disponibilizar número de profissionais solicitados pela CONTRATANTE, conforme planejamento da mesma, repondo profissionais de férias, licenças saúde ou demais licenças, sem ônus para a CONTRATANTE.

19.79.5. Disponibilizar, durante a vigência do contrato, estrutura de pessoal administrativo e logístico, necessário para a execução de seus serviços e realização de compras, não cabendo à Contratante quantificar e arcar com estes postos de trabalho.

- 19.79.6. Os funcionários da Contratada não serão considerados funcionários da Contratante, devendo responder a Contratada por todas as obrigações relativas aos serviços dos seus empregados.
- 19.79.7. Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência.
- 19.79.8. Substituir, no prazo estipulado no item 5.9 e seus subitens em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.
- 19.79.9. Manter sediado junto à CONTRATANTE durante os turnos de trabalho, profissionais capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 19.79.10. Utilizar pessoal devidamente habilitado para os serviços contratados, correndo, por sua conta, quaisquer despesas de contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, seguros, cursos e outros, dos seus empregados.
- 19.79.11. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás (com foto recente e identificação da função).
- 19.79.12. Encaminhar mensalmente para o fiscal administrativo, a relação nominal constando de: nome, CPF, RG, endereço residencial e telefone. E, entregar ao Fiscal do Contrato a, na implantação dos serviços e sempre que alterada;
- 19.79.13. A integridade dos uniformes será reavaliada periodicamente pela CONTRATADA, a fim de que a CONTRATANTE proceda a substituição imediata dos que não estão em boas condições;
- 19.79.14. Fornecer a alimentação dos seus funcionários, prepostos ou prestadores de serviço, sem custo para a CONTRATANTE.
- 19.79.15. Não repassar os custos de qualquer um dos itens de uniforme e equipamentos a seus funcionários, observando os artigos da CLT;
- 19.79.16. Apresentar à CONTRATANTE planilha com indicadores de desempenho que monitore o processo de capacitação e o aproveitamento dos profissionais e ainda a relação nominal de horas de capacitação x profissional.
- 19.79.17. Manter disciplina entre os seus funcionários no local do serviço, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer funcionário considerado com conduta inconveniente - assegurando que todo funcionário que cometer falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da CONTRATANTE;
- 19.79.18. Atender de imediato as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de funcionários não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- 19.79.19. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito, por meio de seus supervisores/preposto.
- 19.79.20. Responsabilizar-se por danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus funcionários em serviço, correndo às suas expensas sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;
- 19.79.21. Manter os funcionários sujeitos às normas disciplinares dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ, porém, sem qualquer vínculo empregatício, cabendo à CONTRATADA todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor, quitando todas as obrigações trabalhistas vigentes, sociais, previdenciárias, tributáveis e as demais previstas na legislação específica. Não existirá para a CONTRATANTE, qualquer solidariedade quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os funcionários da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia;
- 19.79.22. Fornecer, no mês subsequente, os comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias e do recolhimento dos encargos sociais de funcionários utilizados na execução dos serviços;
- 19.79.23. Preservar e manter a CONTRATANTE à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de quaisquer naturezas, referente aos serviços;
- 19.79.24. Exercer controle sobre a assiduidade e pontualidade de seus funcionários.
- 19.79.25. Para controle do horário de entrada e saída dos prestadores de serviço a Contratada deverá instalar Sistema de Registro de Ponto Eletrônico – SREP conforme artigo 74, § 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.
- 19.79.26. O controle e a fiscalização deverão seguir fielmente a [Portaria n.º 671/MTP, de 8 de novembro de 2021](#).
- 19.79.27. A CONTRATADA deverá disponibilizar no mínimo 1 (um) Registrador de Ponto Eletrônico, que deverá ser biométrico e operar em modo online ou físico.

19.79.28. O Registrador de Ponto Eletrônico deverá ser instalado nas dependências, caso esse seja de modo físico, do hospital no prazo de 15 (quinze) dias após iniciado o contrato, devendo a CONTRATADA arcar inclusive com os custos de instalação e manutenção do registrador.

19.79.29. Comprovar, quando solicitado, o registro e regularidade de seus supervisores envolvidos na prestação dos serviços, junto ao Conselho Regional competente.

19.80. Obrigações inerentes a todos os profissionais que serão lotados nos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ:

19.80.1. Cumprir e fazer cumprir o código de conduta, regimento interno, legislações vigentes e diretrizes da Setor de Qualidade, bem como as demais ordens da administração da CONTRATANTE;

19.80.2. Observar as instruções disciplinares do local de trabalho;

19.80.3. Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída, e ser assíduo ao trabalho;

19.80.4. Atender a todos com cortesia e presteza, prestando-lhes as informações pertinentes a sua atividade e do seu local de trabalho;

19.80.5. Cumprir as ordens superiores com zelo e dedicação;

19.80.6. Providenciar de imediato todo o material necessário para o bom andamento do serviço e conservação do local de trabalho;

19.80.7. Informar ao responsável da CONTRATANTE os possíveis defeitos nos equipamentos;

19.80.8. Conservar as dependências do seu local de trabalho em perfeito estado de boa apresentação;

19.80.9. Preservar os móveis, equipamentos e utensílios utilizados no serviço, informando ao responsável qualquer eventualidade que observe;

19.80.10. Comunicar à segurança a presença de estranhos no local de trabalho, avisando sempre que houver a informação ou suspeita de incêndio, arrombamento, furto e quedas de materiais ou pessoas;

19.80.11. Manter sigilo das informações a que tiver acesso;

19.80.12. Manter-se alerta, ocupando permanentemente o local designado para exercício de suas funções, não se afastando deste local, salvo em situações de absoluta necessidade;

19.80.13. Observar prazo estipulado para execução de suas tarefas;

19.80.14. Apresentar-se sempre com crachá;

19.80.15. Usar o uniforme e EPI fornecidos;

19.81. Obrigações relativas aos equipamentos, peças e componentes dos sistemas e equipamentos:

19.81.1. Disponibilizar, durante a vigência do contrato, todo material necessário para a execução de seus serviços e apoio à gestão, como material de escritório, EPIs, ferramentas, materiais de consumos, etc.

19.81.2. Realizar as manutenções necessárias Equipamentos médico hospitalares, conforme listagem no Anexo I-A.

19.81.2.1. Absorver o aumento da quantidade dos Equipamentos médico hospitalares da Contratante, listados no Anexo I-A ou de tecnologia similar, desde que o aumento da carga horária correspondente para a execução dos respectivos serviços possa ser absorvido pela Contratada dentro do horário estabelecido.

19.81.3. Manter completos os equipamentos, peças e componentes dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ.

19.81.4. Usar tão somente peças novas e originais, instrumentos e ferramentas recomendadas pelo fabricante dos equipamentos.

19.81.5. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência das peças que necessitarem ser substituídas.

19.81.6. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ e apresentar relação a Unidade de Patrimônio.

19.81.7. Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todos seus instrumentos, ferramentas e equipamentos até o término do Contrato.

- 19.81.8. Elaborar laudos técnicos sobre qualquer subsistema, peça ou componente dos sistemas de distribuição de energia elétrica de todas as unidades e Anexos dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ cobertas por este Termo de Referência sempre que solicitado pelo fiscal da Contratante.
- 19.82. A comprovação da experiência profissional dos postos de trabalho quando exigida deverá ser apresentada no ato de prestação de serviços e dar-se-á:
- 19.82.1. Em caso de empregado proveniente do serviço público, por meio de declaração do Órgão de Pessoal da Administração Pública, comprovando que o funcionário exercia atividades compatíveis com os serviços descritos para o cargo.
- 19.82.2. Em caso de empregado proveniente da iniciativa privada, por meio de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, contrato de prestação de serviço, ou ainda, de declaração original em papel timbrado, constando CNPJ e endereço completo da(s) pessoa(s) jurídica(s), onde os serviços foram prestados, com a descrição sucinta das atividades desenvolvidas na área, a qualificação e o nome do emitente da declaração, com assinatura reconhecida em cartório.
- 19.83. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 19.84. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 19.85. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 19.86. Responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT vinculada a proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.
- 19.87. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 19.88. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 19.89. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 19.90. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 19.91. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 19.92. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 19.93. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 19.94. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 19.94.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 19.94.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- 19.95. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 19.96. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 19.97. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações

20. VISITA TÉCNICA PARA A LICITAÇÃO

- 20.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a empresa poderá realizar vistoria do parque de Equipamentos Médico Hospitalares da CONTRATANTE, nas instalações do local de execução do serviço, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante agendamento prévio a ser realizado de segunda a sexta, das 08:00 às 17:00 horas, junto ao Serviço de Engenharia Clínica, pelo e-mail: sec@ebserh.gov.br.
- 20.2. O prazo para agendamento da vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até três dias úteis antes da data prevista para abertura do certame.
- 20.3. Para a vistoria, o participante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.
- 20.4. Apesar de facultativa, a vistoria é de extrema importância para que a empresa se certifique das condições em que se encontra o Parque de Equipamentos Médico Hospitalares da CONTRATANTE, de modo a realizar o correto dimensionamento da sua proposta.
- 20.5. Visto a vistoria ser opcional, caso o participante desconsidere tal necessidade não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para recusar-se a assinar o contrato ou eximir-se das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto. Desta forma, a não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a empresa vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 20.6. A licitante deverá emitir declaração indicando que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações vinculadas ao objeto da licitação ou, caso tenha optado por não realizar a vistoria, deverá emitir declaração indicando que aceita as condições pré-existentes vinculadas ao objeto da contratação e declarando que não poderá fazer solicitações futuras que estejam vinculadas à situação pré-existente do parque tecnológico do hospital. **Tal declaração, de vistoria ou de não realização de vistoria, deverá ser inclusa pelo licitante em seus documentos de habilitação para o certame, devendo seguir os modelos apresentados nos anexos L e M, mas sendo obrigatória a inclusão das informações anteriormente citadas neste item conforme a opção feita pelo licitante.**

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a HU Brasil poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 21.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.
- 21.1.2. Multa de:
- 21.1.2.1. 2% (dois por cento) por dia sobre o valor anual do contrato no caso da CONTRATADA deixar o equipamento sem funcionamento por prazo maior que 2 (dois) até o limite de 5 (cinco) dias;
- 21.1.2.2. 30% (trinta por cento) sobre o valor anual do contrato no caso da CONTRATADA deixar o equipamento sem funcionamento por prazo maior que 6 (seis) dias;
- 21.1.2.3. O atraso superior a 10 (dez) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 21.1.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 5 e 6**, abaixo;
- 21.1.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 21.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a HU Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 21.2. As sanções previstas nos subitens 22.1.1 e 22.1.3 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 5 e 6:

TABELA 5

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que gere risco de dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	05
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a execução dos serviços contratuais, por dia e por unidade de atendimento.	04
3	Manter empregado sem a qualificação técnica exigida para a execução dos serviços contratados, por empregado e por dia.	03
4	Recusar-se a executar serviço formalmente determinado pela fiscalização do contrato, por serviço e por dia.	02
5	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem prévia anuência do CONTRATANTE, por empregado e por dia.	03
6	Manter Ordem de Serviço aberta por período superior a 90 (noventa) dias, sem resolução por parte da CONTRATADA, excetuadas as hipóteses em que haja impedimento formalmente registrado por parte da CONTRATANTE.	04
Para os itens a seguir, deixar de:		GRAU
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar emitida pela fiscalização do contrato, por ocorrência.	02
9	Substituir empregado que se conduza de modo inadequado ou que não atenda às necessidades do serviço, por empregado e por dia.	01
10	Cumprir quaisquer disposições do Edital e seus Anexos não previstas nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por item e por ocorrência.	03
11	Indicar e manter, durante toda a execução contratual, os prepostos previstos no Edital/Contrato.	01
12	Providenciar treinamento para seus empregados, conforme previsto nas obrigações da CONTRATADA.	01
21.4.	A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:	
21.4.1.	Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;	
21.4.2.	Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;	
21.4.3.	Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a HU Brasil em virtude de atos ilícitos praticados;	
21.4.4.	Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;	
21.4.5.	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	
21.4.6.	Apresentar documentação falsa exigida para o certame;	
21.4.7.	Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;	
21.4.8.	Não mantiver a proposta;	
21.4.9.	Falhar ou fraudar na execução do contrato;	
21.4.10.	Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.	
21.5.	A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.	
21.6.	As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da HU Brasil, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.	
21.6.1.	Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.	

- 21.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à HU Brasil, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 21.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.11. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela HU Brasil deverão ser registradas e publicadas no SICAF. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

22. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 22.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 185 do RCC 3.0, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.
- 22.1.1. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do art. 185, § 6º do RCC 3.0.
- 22.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 22.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 22.2.2. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 22.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 22.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 22.2.5. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou fiança bancária.
- 22.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 22.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 22.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 22.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 22.5.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela HU Brasil à CONTRATADA; e
- 22.5.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.
- 22.6. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência da CONTRATADA.
- 22.6.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

- 22.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 22.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da HU Brasil, a CONTRATADA ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela HU Brasil.
- 22.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.
- 22.10. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 22.10.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 22.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662/ 2022.
- 22.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 22.11.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 22.11.2. A HU Brasil deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 22.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da HU Brasil e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 22.12.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 22.12.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 22.12.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 22.13. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 22.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 22.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

23. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

- 23.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 6º e seus incisos da Instrução Normativa n.º 1/2010 da SLTI/MPOG, os hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ, quando da aquisição de bens e quando couber, exigirá os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
- 23.1.1. Usar de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 23.1.2. Observar a Resolução CONAMA n.º 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 23.1.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 23.1.4. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE n.º 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de

outubro de 2006;

23.1.5. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

23.1.6. Adotar a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA n.º 257, de 30 de junho de 1999.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

24.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto no limite máximo de 20% do quantitativo de Ordens de Serviços, respectivamente, do valor total do contrato, nas seguintes condições:

24.1.1. Para subcontratação de serviços de qualificação, calibrações específicas, como por exemplo: qualificação de autoclaves, termo desinfetadoras, aparelhos fonoaudiológicos, cabines de segurança biológica, dentre outros.

24.1.2. Para contratação de transporte de equipamentos para consertos externos.

24.1.3. Para subcontratação de serviços de maior especificidade, que exijam qualificações e/ou materiais, como por exemplo: serviço de desinfecção de sistema de tratamento de água de hemodiálise, juntamente com as osmose reversas (fixa e portáteis) com emissão de ART.

24.2. É vedada:

24.2.1. A sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

24.2.2. A subcontratação para serviços com dedicação de mão de obra exclusiva.

24.2.3. A subcontratação das parcelas de maior relevância técnica.

24.2.4. A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação.

24.2.5. A subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

24.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

24.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

24.5. É expressamente vedada a participação de consórcios no âmbito desta contratação.

24.5.1. A decisão de vedar a formação de consórcio de empresas neste processo licitatório visa garantir a eficiência, celeridade e excelência na execução contratual.

24.5.2. Em relação à especialização e experiência, a contratação direta de uma única empresa permite selecionar uma entidade com comprovada expertise e experiência no âmbito estritamente relacionado ao objeto da licitação. Isso garante a execução contratual com o padrão de qualidade e eficiência almejado, evitando possíveis ineficiências resultantes da falta de especialização e experiência nos consorciados.

24.5.3. A agilidade e celeridade são aspectos fundamentais na execução contratual. Ao restringir a participação apenas de empresas individuais no certame licitatório, evita-se a necessidade de procedimentos adicionais, como negociações, alinhamentos e acordos entre os consorciados. Dessa forma, busca-se conferir maior agilidade ao processo de contratação, permitindo o início tempestivo da execução contratual.

24.5.4. A responsabilidade e *accountability* são também aspectos relevantes. A contratação direta de uma única empresa permite delimitar claramente as responsabilidades e obrigações contratuais, além de viabilizar a implementação de um regime de transparência, monitoramento e fiscalização eficazes. Isso resulta em uma maior prestação de contas por parte do contratado, garantindo o cumprimento dos prazos, qualidade e eficiência.

24.5.5. A maximização das sinergias internas é outro argumento que justifica a vedação da formação de consórcios. A opção pela contratação individual de uma empresa propicia a utilização máxima das sinergias existentes na organização selecionada. Isso significa que os recursos, equipes e estrutura disponíveis serão otimizados, fomentando uma execução mais eficiente, com redução de custos e ampliação da produtividade.

24.5.6. Destaca-se que tal vedação tem como objetivo garantir a seleção da empresa mais qualificada, especializada e capacitada para a execução do contrato, visando sempre à obtenção da máxima eficiência e transparência no processo licitatório.

24.5.7. A vedação à formação de consórcios justifica-se pois a sua adoção em contratações deste tipo de serviço pode ser inadequada diante das peculiaridades operacionais, cuja execução demanda coordenação centralizada, padronização estrita de procedimentos e resposta imediata às intercorrências cotidianas. Trata-se de objeto essencialmente contínuo, sustentado por rotinas permanentes, substituições imediatas, observância rigorosa de obrigações e manutenção de padrões homogêneos de desempenho, elementos que exigem da contratada organização interna coesa e plenamente integrada. A atuação consorcial, contudo, tende a fragmentar responsabilidades, introduzindo múltiplas estruturas de gestão de pessoal, diferentes culturas organizacionais e variados sistemas administrativos, o que amplia significativamente a complexidade da fiscalização pela administração e aumenta os riscos de assimetrias no cumprimento das obrigações contratuais, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União.

25. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

25.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

26. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

26.1. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da Contratada, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

26.2. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

26.3. A futura Contratada deve autorizar a HU Brasil, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

26.3.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria HU Brasil (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

26.4. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do Anexo VII-B da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017.

26.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

26.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

26.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

26.5.3. Multa sobre o FGTS; e

26.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

26.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017.

26.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre a HU Brasil e a instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

26.8. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

26.9. A Contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

26.9.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela HU Brasil, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

- 26.10. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 26.11. A Contratada deverá apresentar à HU Brasil, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 26.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017.
- 26.13. Justifica-se a escolha da Conta Vinculada ao invés do Pagamento pelo Fato Gerador pelas seguintes razões:
- 26.13.1. Na análise comparativa do custo-benefício da utilização destas duas ferramentas, quais sejam, Conta Vinculada ou Pagamento pelo Fato Gerador, há que se considerar possíveis problemas que possam advir em razão do nível de capacitação daqueles servidores que irão operacionalizá-las. Nesta lógica, considerando a realidade dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ, no que tange à organização interna de suas atividades-meio, aquelas incumbidas de operacionalizar tais ferramentas, a utilização da Conta-Depósito Vinculada torna-se, no momento, mais viável. Para comprovar tal afirmação, compete-nos ressaltar que, diferentemente do pagamento pelo Fato Gerador, os hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ contam, atualmente, com um processo de trabalho, referente à operacionalização da Conta Vinculada, minuciosamente detalhado e publicado no Caderno de Processos da instituição - HU Brasil, inclusive com planilha automatizada para cálculos. Tal nível de organização e estrutura desta atividade confere aos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ celeridade, eficiência e segurança jurídica na fase de gestão contratual, notadamente na garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas em contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Para evitar consequências indesejadas na fase de gestão dos contratos, sob o ponto de vista operacional e jurídico, considerando que a discricionariedade da norma é decidir por um dos dois procedimentos, tal qual apresente a melhor relação custo-benefício, a equipe de planejamento optou pela Conta Vinculada, tendo em vista as razões explicitadas.

27. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1. A dotação correrá à conta do Orçamento dos hospitais universitários federais HU-UFCAT e HU-UFSJ ou HU Brasil – Filial - HU Brasil, Unidade Gestora UASG: 157602 HU-UFCAT e UASG: 157601 HU-UFSJ, conforme mencionada a seguir:

- Programa de Trabalho 10302501885850042;
- PTRES 172852/173170;
- Natureza de Despesa 339037, 339039 e 339030.
- Fontes 1002A000UK ou ainda, outra programação orçamentária que venha a ser destinada pela HU Brasil para atendimento dessa despesa.

28. REONERAÇÃO GRADUAL DA FOLHA DE PAGAMENTO

28.1. A pedido da CONTRATADA, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos dos arts. 196, § 1º, e 206, inciso I, do RCC 3.0, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto nos arts. 9º-A e 9º-B da Lei n.º 12.546/2011, com a redação dada pela Lei n.º 14.973/ 2024.

- 28.1.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei n.º 14.973/2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 28.1.2. A revisão prevista no item acima, caso requerida pela CONTRATADA, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.

29. ANEXOS

29.1. Complementam este termo de referência os Anexos relacionados abaixo, presentes no processo SEI:

- Anexo I-A – RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS;
- Anexo I-B – QUADRO RESUMO DO VALOR GLOBAL;
- Anexo I-C – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI;
- Anexo I-D - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE VISTORIA;
- Anexo I-E – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;
- ANEXO I-F – MATERIAIS DE CONSUMO – REFERENCIAL BÁSICO;

Anexo II – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE MÃO DE OBRA:

Catalão

Divinópolis

Anexo III – MATRIZ DE RISCO

(assinado eletronicamente)

Flávia Lefort Lamann

Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar
Hospital Universitário da Universidade Federal de Catalão

(assinado eletronicamente)

Carolina Maia Lima

Assistente Administrativo
Serviço de Engenharia Clínica
Diretoria de Administração e Infraestrutura

(assinado eletronicamente)

Leonardo Magalhaes De Almeida

Chefe do Setor de Engenharia Clínica
Setor de Engenharia Clínica
Hospital Universitário da Universidade Federal de São João Del-Rei

(assinado eletronicamente)

Otávio Yamanaka Marin

Engenheiro Clínico
Serviço de Engenharia Clínica
Diretoria de Administração e Infraestrutura

(assinado eletronicamente)

Victor Hugo Lourenço Acioly Furtado

Coodernador Geral de Engenharia Clínica
Diretoria de Administração e Infraestrutura
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH

De acordo. Seja encaminhado à

(assinado eletronicamente)

Thiago Augusto Betiati

Gerente Executivo de Infraestrutura Hospitalar e Hotelaria

Diretoria de Administração e Infraestrutura
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH

Com base na delegação de competências, aprovo o Termo de Referência e encaminho ao Serviço de Compras e Licitações para proceder à instrução do processo administrativo.

ODETE CARMEN GIALDI
Diretora de Administração e Infraestrutura



Documento assinado eletronicamente por **Odete Carmen Gialdi, Diretor(a)**, em 16/06/2026, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Augusto Betiati, Coordenador(a)**, em 16/06/2026, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Yamanaka Marin, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 17/06/2026, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Magalhaes de Almeida, Chefe de Serviço**, em 17/06/2026, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Victor Hugo Lourenço Acioly Furtado, Coordenador(a) Geral**, em 17/06/2026, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Maia Lima, Assistente Administrativo**, em 17/06/2026, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Lefort Lamanna, Chefe de Divisão**, em 17/06/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61642483** e o código CRC **76E5D5FE**.